



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

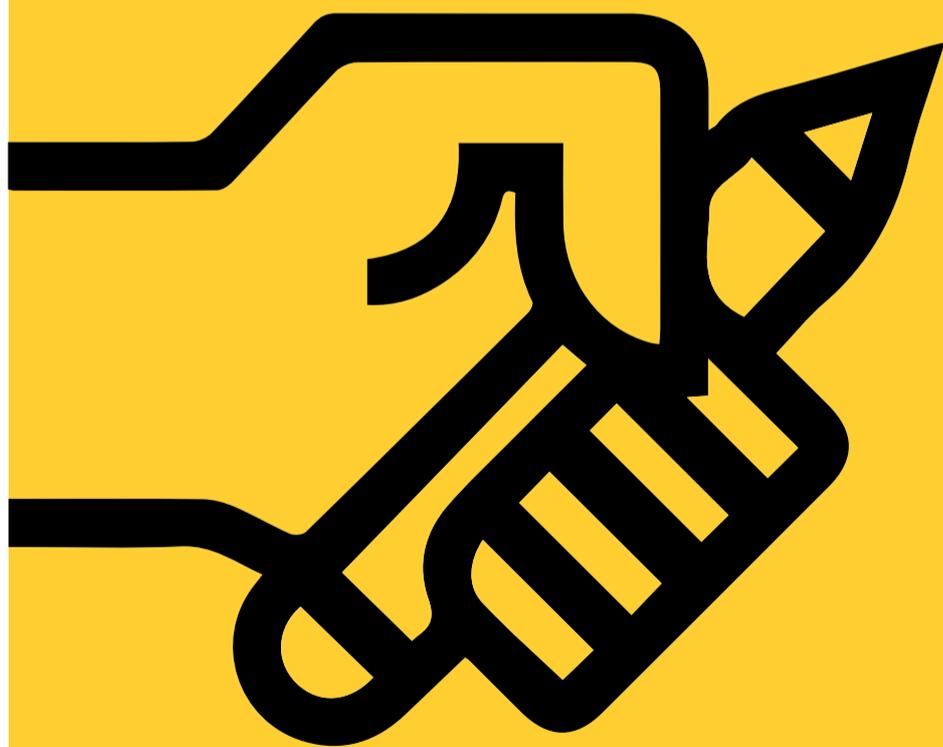
JAN-MAR/23 | Nº 418 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

DISPUTA A



EM MEIO A FAKE NEWS E GUERRA DE NARRATIVAS, O JORNALISMO ENFRENTA O DESAFIO DE SE MANTER ÍNTEGRO, COM FOCO NA APURAÇÃO DOS FATOS E NO TRABALHO ÉTICO

PELA VERDADE



COJIRA

Questão racial ainda é ausente dos cursos de jornalismo

INACEITÁVEL!

Sindicato luta para reverter demissões de dois diretores

DIREITOS

Pela revogação da ilegítima e cruel reforma trabalhista

ENTREVISTA

Pesquisadores investigam o submundo da desinformação

EDITORIAL

NO MEIO DO CAMINHO...

Querida leitora e querido leitor: você piscou e já chegamos à metade de nossa gestão no Sindicato! E, neste caso, vale o clichê: tudo que é bom passa rápido. É claro que o significado de “bom” pode ser bastante relativo. Afinal, estamos há um ano e meio lutando todos os dias contra a precarização de nossa profissão, a intransigência dos patrões e os diversos problemas nos locais de trabalho que são relatados quase que diariamente pela categoria. Sem esquecer da violência e ameaças que enfrentamos simplesmente pelo fato de sermos jornalistas — hostilidade incentivada pelo ex-ocupante da cadeira presidencial (e agora, turista nos Estados Unidos), que nos enxergava como inimigos. E, também não custa lembrar: realizamos este trabalho sindical em condições materiais bem difíceis, com poucas diretoras e diretores liberados para o trabalho em tempo integral e enfrentando constantes ataques das empresas à nossa liberdade de organização.

Diante disso, é bem capaz de você estar pensando: mas então, o que raios aconteceu de bom nesses últimos 18 meses? Por incrível que pareça, temos muito mais a comemorar do que a lamentar. Afinal, são nas batalhas mais duras que nos movimentamos adiante e tiramos aprendizados essenciais. Diante das dificuldades, ficamos cada vez mais unidos e conscientes de que somos uma categoria, formada por trabalhadoras e trabalhadores, que precisa lutar todos os dias por salários, direitos e dignidade.

Desde que esta Diretoria assumiu seu mandato, em agosto de 2021, conseguimos organizar importantes lutas nos locais de trabalho, desenvolver mobilizações nas campanhas salariais, ampliar a participação das e dos colegas em nossas assembleias, realizar uma paralisação histórica no segmento de Jornais e Revistas da Capital e ainda resistir ao governo Bolsonaro e derrotá-lo — nas urnas e também na Justiça, com a inédita decisão da condenação do ex-presidente por danos morais coletivos à nossa categoria, em ação iniciada por este Sindicato em 2020.

Temos bastante tranquilidade em afirmar, portanto, que a luta valeu a pena nesses últimos meses. Mas, como está escrito no título deste Editorial, estamos apenas no meio do caminho. Temos muito trabalho pela frente para ampliar nossas mobilizações, aprofundar a organização de nossa categoria, melhorar nosso contato com jornalistas que não estão nas redações e contribuir para a construção de um projeto de comunicação democrática e popular para o nosso país, com a valorização do jornalismo e de todas e todos os profissionais de imprensa.

Neste sentido, é importante destacar que nos primeiros meses de 2023 o novo governo se dispôs a conversar com as

entidades jornalísticas e acolher nossas pautas de reivindicações — tema que foi reportagem de capa da última edição do *Unidade*. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) manteve reuniões com a Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo federal para apresentar questões históricas de nossa categoria, como a aprovação da PEC do Diploma e a atualização da regulamentação profissional. A Fenaj também realizou encontros com o Ministério da Justiça, para garantir a segurança das e dos jornalistas no exercício de sua profissão. Por fim, o Sindicato e a Fenaj tiveram reuniões com a nova direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a fim de retomar as negociações para a assinatura do Acordo Coletivo e cessar as políticas antissindicais dos últimos anos, que cassaram a liberação sindical de dirigentes das diferentes praças da empresa, incluindo o companheiro Eduardo Viné Boldt, de São Paulo.

É claro que toda essa nova conjuntura é promissora para a nossa categoria e, sem dúvida, apresenta horizontes importantes para a reconstrução de nosso país após seis anos de incontáveis retrocessos. Mas, como sabemos bem, o atendimento dessas reivindicações não virá de mão beijada: é preciso muita luta para que as e os jornalistas resgatem seus

direitos e tenham perspectivas concretas de dignidade para a nossa profissão. E, de preferência, com um Ministério das Comunicações que de fato se preocupe com a verdadeira democratização da informação em nosso país...

Vamos construir nossa Biblioteca!

Antes de contar uma novidade, uma perguntinha básica (e sem recorrer ao Google Maps): você já visitou a sede de nosso Sindicato, ou sequer sabe onde ele está localizado? Desde que reabrimos o nosso espaço físico em abril de 2022, após dois anos de fechamento forçado por conta da pandemia, notamos que a movimentação de jornalistas em nossa sede caiu muito em relação ao período pré-pandêmico. Um sinal dos tempos, com a adaptação de nossa equipe para prestar serviços à categoria de maneira virtual, com a necessidade cada vez menor de resolver problemas ou tirar dúvidas de maneira presencial.

Mas isso não é desculpa para que as e os jornalistas de São Paulo deixem de ocupar um espaço que é nosso por direito! E uma ótima maneira de você realizar uma visita à nossa sede (e curtir as novidades da Vila Buarque, o novo bairro da moda da cidade) será com a inauguração de nossa biblioteca, instalada no Auditório Vladimir Herzog e que tem como objetivo reunir obras escritas pela nossa categoria. O espaço já tem data de inauguração: será no dia 13 de abril, como parte das comemorações dos 86 anos de nossa entidade.

Se você já publicou algum livro, que tal a visitar o Sindicato e doar um exemplar para que colegas jornalistas possam ter acesso à obra? E, caso tenha indicações de autores, é só entrar em contato conosco. Como dissemos no início deste Editorial, nossas condições materiais ainda não permitem construir a mais badalada biblioteca do mundo. Mas sua inauguração já é um marco muito importante para que nosso Sindicato continue a cumprir sua missão de representar a categoria e manter viva as nossas memórias. Afinal de contas, nós, jornalistas, também somos observadores privilegiados da História. ●

Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Larissa Gould **Jornalista** Juliana Almeida e Priscilla Chandretti **Edição de arte** Fábio Bosqué **Capa** Flaticon.com (ilustração) **Revisão** Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosqué, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfourri, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Thiago Tanji **Secretária-geral** Candida Vieira **Finanças e Administração** Cláudio Soares **Interior** Solange Santana **Comunicação e Cultura** Eduardo Viné Boldt **Relações Sindicais e Sociais** José Eduardo de Souza **Sindicalização** Lillian Parise **Jurídica e de Assistência** Larissa Gould **Formação Sindical e Profissional** Cristina Charão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Paulo Zocchi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Tavares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione, Michele Barros, Solange Melendez

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

REGIONAIS

ABCD Rossana Lana (diretora regional), Ana Valim, Peter Suzano, Vilma Amaro **Bauru** Camila Fernandes (diretora regional), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio Borges, Tânia Brandão **Campinas** Marcos Alves (diretor regional), Márcia Quintanilha, Reginaldo Cruz, Valério Paiva **Piracicaba** Patrícia Sant'Ana (diretora regional), Adriana Ferezim, Gustavo Annunziato, Martim Vieira, Paulo Roberto Botão **Ribeirão Preto** Sérgio Sampaio (diretor regional), Fernando Braga, João Moreira, Raphael Cruz Pena **Santos** Sandro Thadeu (diretor regional), Carlos Norberto Souza, Daniela Origuella, Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miranda, Suely Torres **Sorocaba** Pedro Courbassier (diretor regional), Adriane Mendes, Caroliny Fernandes **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo Almeida

CONSELHO FISCAL

Fábio Soares, José Augusto Camargo, Norian Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linares

COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier

Contato: comissaodeetica@sjsp.org.br

 sjsp.org.br
 unidade@sjsp.org.br
 /JornalistasSP
 /SindicatoJornalistasSP
 @JornalistasSP

DESTAQUE

Protesto na Câmara Municipal de Santos, em 22/11/2022, contra a demissão ilegal de Sandro Thadeu, diretor do Sindicato, pelo jornal A Tribuna

© SJSP REGIONAL SANTOS



SJSP LUTA CONTRA DEMISSÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Além de desrespeitarem a estabilidade no emprego, garantida pela Constituição, as dispensas ocorreram em meio às campanhas salariais **por Juliana Almeida**

Em pleno período de negociações de campanhas salariais, dois dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) foram dispensados de suas funções pelas empresas nas quais trabalham. Ambos têm estabilidade no emprego, que foi desrespeitada. É mais um ataque à organização sindical da categoria.

O primeiro demitido foi Sandro Thadeu, do Grupo Tribuna, com sede no litoral paulista. Sandro foi funcionário do jornal *A Tribuna* durante 14 anos e se tornou dirigente sindical em 2021, na atual gestão da diretoria do SJSP. É o diretor regional da entidade na região de Santos. Durante seu período no veículo, passou por diversas editorias, cobrindo assuntos ligados a política e à administração pública, e principalmente economia e a situação do porto.

A demissão foi em 7 de novembro de 2022. “Ao chegar para trabalhar, fui chamado em uma sala pelo editor-executivo do jornal, que comunicou a minha demissão”, conta Thadeu. A dispensa ocorreu em meio à campanha salarial de jornais e revistas do interior – que abrange o litoral paulista.

O fato não foi isolado. Passados pouco mais de dois meses, Sérgio Pais, jornalista do quadro de funcionários da TV Tem Bauru, emissora afiliada à TV Globo, foi demitido por justa causa. Sérgio integra a Comissão de Registro e Fiscalização

do Exercício da Profissão (Corfep) do SJSP e igualmente goza de estabilidade garantida pela Constituição Federal, como dirigente sindical. Ele trabalha há cerca de 10 anos na emissora.

“Eu fui chamado no dia 30 de janeiro, segunda-feira. No meio da tarde me chamaram lá no RH. Estavam os funcionários de Recursos Humanos, acompanhados de uma advogada e de mais duas pessoas em reunião online. Eu já percebi que havia ali algum movimento estranho. Ela começou falando sobre uma onda de furtos na TV, e me perguntou o que eu tinha para falar sobre o assunto. Eu respondi que não tinha nada a falar e perguntei se ela estava me acusando de alguma coisa. Me informaram que foi feita uma sindicância, uma investigação com imagens, e por isso o meu contrato de trabalho estava sendo interrompido agora por justa causa”, comenta Sérgio. Importante registrar que na ocasião o jornalista sequer teve acesso à sindicância e às imagens relatadas do suposto furto.

Somente após uma reunião do Sindicato com a empresa, Sérgio ficou sabendo que o objeto que foi acusado de furto foi um bombom!

A dispensa foi realizada no período em que se desenvolvia a campanha salarial de jornalistas de Rádio e TV de todo o estado.

Mobilização política e jurídica

Após a demissão de Sandro Thadeu, o

OS DIRIGENTES SINDICAIS ATUAM EM SEUS LOCAIS DE TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA E, POR CONTA DISSO, SOFRERAM ESSA REPRESÁLIA ILEGÍTIMA DAS EMPRESAS

SJSP ocupou a Tribuna Cidadã, na Câmara Municipal de Santos, em ato pedindo a readmissão imediata do dirigente, em novembro de 2022, e manifestou-se também diante da sede da empresa. A Regional de Bauru do SJSP realizou um ato logo após a demissão de Sérgio Pais, pedindo a readmissão do profissional. Além das ações presenciais, o Sindicato está realizando campanha de moções para pressionar as empresas a readmitir os profissionais.

Vale ressaltar que a manutenção do emprego de dirigente sindical é amparada na própria Constituição da República, que, no art. 8º, inciso VIII, veda a dispensa de empregado eleito dirigente sindical até um ano após o final do mandato, salvo falta grave, apurada em inquérito judicial. Sem essa garantia de estabilidade, o diretor ou a diretora de um sindicato teria mais dificuldade para exercer plenamente seu mandato como representante de uma categoria.

O presidente do SJSP Thiago Tanji comenta que as demissões do Sandro e do Sérgio se configuram em um ataque direto ao nosso Sindicato. “Os dirigentes sindicais atuam em seus locais de trabalho na organização da categoria e, por conta disso, sofreram essa represália ilegítima das empresas. Apesar do desmonte da legislação trabalhista desde o golpe de 2016, os diretores contam com estabilidade prevista em lei. Além das medidas jurídicas que já foram tomadas, nossa entidade também prepara iniciativas políticas para denunciar a ação antissindical das empresas e prestar toda a solidariedade a esses companheiros. Mexeu com um, mexeu com todos!”

O SJSP se mobiliza no campo jurídico, além de se dirigir à categoria e ao conjunto da sociedade, contra as demissões. O Departamento Jurídico da entidade já providenciou as ações judiciais cabíveis para reverter as arbitrariedades praticadas pelas empresas. ●

CAPA

© FREEPIK



DIFÍCEIS VEREDAS DO JORNALISMO

SOB A AVALANCHE DAS FAKE NEWS, DA PRESSÃO PELO CLIQUE, DA GUERRA DE NARRATIVAS, O JORNALISMO ENFRENTA UM DESAFIO DE SE MANTER ÍNTEGRO, COMO UM DOS PILARES BÁSICOS DA DEMOCRACIA MODERNA

por Decio Trujilo

Em plena terça-feira de Carnaval, a repórter Renata Cafardo e o fotógrafo Tiago Queiroz foram agredidos verbal e fisicamente num condomínio de luxo de Maresias, em São Sebastião (SP), quando cobriam pelo jornal *O Estado de S. Paulo* a tragédia que provocou dezenas de mortes no litoral norte de São Paulo. Em dado momento, os dois e o jornal para o qual trabalham foram chamados de “comunistas”. No dia seguinte, ao narrar o episódio nas redes sociais, Renata afirmou que foi agredida pelo simples fato de ser jornalista.

O episódio resume o cenário que cerca o trabalho dos jornalistas brasileiros: polarização política acirrada, deterioração da imagem do jornalismo na opinião pública, produção industrial de fake news e

sociedade desinformada. A isso se acrescentam a precarização das condições de trabalho, os novos formatos e linguagens da notícia, a constante inovação tecnológica e a decadência financeira das principais empresas de comunicação.

Quais princípios?

No meio da avalanche de informações em que se transformou o mundo com a internet gratuita e as redes sociais, e a necessidade de agilidade e audiência imediata, a categoria busca respostas sobre quais são as perspectivas e desafios que se apresentam ao jornalista profissional. Um dos pontos básicos desse debate tem sido a questão ética. Jornalistas se perguntam se o novo ambiente de circulação da informação coloca em risco os princípios basilares do jornalismo, como imparcialidade, equidistância, independência, objetividade e transparência, entre outros.

“Sobre conceitos basilares, entendo que uma primeira providência é selecionarmos quais são aqueles que a gente vai seguir”, opina Rodrigo Ratier, professor de jornalismo da USP, colunista do UOL e integrante da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP). “Imparcialidade e equidistância não me parece que sejam conceitos que possam ser aferidos cientificamente.” Afinal, a construção do texto e a edição em si já são elementos de seleção de prioridades, ainda que a apuração tenha sido equânime.

Ratier considera que a objetividade, sim, pode ser entendida com clareza. “Sem ela, não há jornalismo, porque o jornalismo se propõe socialmente a ser o relato do real, mas temos que discutir o que é objetividade em tempos de fake news e polarização.” Para ele, a objetividade nasce da proximidade do jornalismo

com o método científico, de investigação e confirmação ou negação.

“Hoje é perceptível nas faculdades a busca de formação por *influencers* que já atuam nas redes sociais, com público fiel e grande número de seguidores”, conta Cláudia Bredarioli, jornalista, doutora em comunicação pela ECA-USP e professora do curso de Jornalismo da ESPM-SP. Segundo ela, esses jovens têm clareza sobre a importância de ter credibilidade e querem aprender desde técnicas jornalísticas, como apuração, linguagem e checagem, por exemplo, até os princípios que norteiam o bom jornalismo. “Pode soar otimista, mas eu vejo que o jornalismo está dando a volta por cima no meio de tantas fake news e de tanta gente publicando nas redes sociais.”

Os grandes conceitos do jornalismo, no entanto, exigiram tempo e maturidade de

veículos e do próprio público para chegar à forma atual, por isso não são definitivos e estão sempre sendo atualizados, explica Eugênio Bucci, que é professor universitário, tem livros publicados sobre a prática jornalística e, ao longo da carreira, atuou em redações e trabalhou em órgãos de governo. “Os princípios da boa prática jornalística como conhecemos hoje começaram a tomar forma no fim do século 19 e foram aperfeiçoados ao longo do tempo”, afirma. “Foi a exigência cada vez maior do público que levou a imprensa a se aperfeiçoar e isso vai acontecer novamente.”

Polêmica sobre narrativas

No entanto, a universalização da circulação da informação e a polarização política abalaram esta estrutura. Aos poucos, grande parte do público deixa de acreditar nas marcas e nomes e passa a priorizar não mais o conteúdo que informa e em que ele sempre confiou, mas aquilo que confirma suas crenças. Um primeiro efeito desse processo é a discussão em torno das narrativas, ou das possíveis formas de contar um fato.

“Essa é uma discussão estéril, já que não há nada sem narrativa”, afirma Eugênio Bucci. “Basta que haja rigor na apuração e na descrição.” No momento brasileiro atual, ele considera que a origem dessa discussão foi a difusão do discurso autoritário do governo Bolsonaro, construído para se blindar da verdade e impor suas versões distorcidas da realidade.

A jornalista Cláudia Tavares segue na mesma linha. Ela construiu sua carreira na linha de frente da reportagem e é editora do programa *Repórter Eco*, da TV Cultura. Para Cláudia, no mundo polarizado, no qual “as democracias morrem”, deve haver limites, por exemplo, para a escuta dos dois lados. “Se um lado é autoritário ou até fascista e suas ações resultam no aviltamento dos direitos humanos, em genocídio, em esmagamento de condições de vida, temos que combatê-lo mostrando os resultados perversos de sua presença na vida pública”, diz. “Precisamos dar voz a essas figuras apenas quando é preciso confrontá-las sobre o mal que causam.”

Os críticos desse ponto de vista perguntam se é possível contar a mesma história de diferentes formas e todas serem corretas. Afinal, a notícia é a narração de um fato real investigado e comprovado. Três recentes episódios da vida nacional têm sido usados para alimentar esse debate. Um deles é a Operação Lava Jato, que seria o exemplo acabado de como uma narrativa viciada pode ser imposta e assimilada pela sociedade.

Outro fato é a destituição da presidenta Dilma Rousseff (PT). Recentemente, Hélio Doyle, novo presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), afirmou que, se dependesse dele, o caso seria tratado como golpe, mesmo no noticiário

factual. A declaração causou reações, inclusive de articulistas da grande imprensa, que alegaram que o processo seguiu o rito legal. Na tréplica, houve quem lembrasse que Dilma não cometeu nenhum ato previsto em lei que justificasse o impeachment, mas que foi uma governante legítima que não condescendeu com práticas políticas viciadas.

Atualmente, discute-se se o descaso do governo Bolsonaro com os ianomâmis pode ser enquadrado como genocídio, com argumentos embasados de lado a lado. “Cabe ao jornalista, em casos como esses, que admitem interpretações, colocar os fatos, as visões e as leis que embasam o caso e deixar que o público tire suas conclusões”, diz Eugênio Bucci.

Desafio das fake news

O debate sobre as narrativas faz parte de uma polêmica ainda maior, a das fake news. “A circulação de mentiras na internet travestidas de notícias é intensa e veloz e ainda não temos os meios para combatê-las”, afirma Cláudia Tavares. “No YouTube, há monetização de canais que divulgam mentiras, e sabemos que as intervenções em tom mais contundente, quase de fúria, são as que conseguem mais engajamento.”

“As fake news não são um fenômeno novo; aparecem em muitos momentos da história da humanidade, desde a Roma Antiga até o nazismo”, explica Bucci. “São ações orquestradas com o intuito de produzir desinformação ou informação corrompida, com objetivos claros em benefício de um determinado grupo de poder.” Hoje, no entanto, segundo ele, transformaram-se numa indústria que usa o discurso jornalístico para convencer. “Elas minam as bases da cultura de uma sociedade democrática, mas dependem de que a sociedade esteja enredada nas redes sociais”, analisa.

As notícias falsas atingem o trabalho jornalístico de duas formas. Uma, produzindo o efeito colateral de abalar a credibilidade da imprensa, já que verdade e mentira se confundem, e a polarização tende a levar o público a desacreditar nas informações que não atendem a suas expectativas. Outra é acrescentar à atividade profissional o trabalho de checagem de informações falsas ou distorcidas. “Hoje, nós, jornalistas, nos vemos obrigados a deixar de produzir conteúdo novo para, em nome da difusão de informação correta, desmentir fake news”, diz Cláudia Tavares.

Para Ratier, o trabalho de checagem transformou-se de uma prática corriqueira do trabalho padrão do jornalista num procedimento à parte. “A intoxicação da notícia verificada pela informação enviada já é uma situação estrutural, que veio para ficar”, diz ele. Por isso, considera que o jornalismo tem que se adaptar a essa realidade e, nesse contexto, a checagem

AOS POUCOS, GRANDE PARTE DO PÚBLICO DEIXA DE ACREDITAR NAS MARCAS E NOMES E PASSA A PRIORIZAR NÃO MAIS O CONTEÚDO QUE INFORMA E EM QUE ELE SEMPRE CONFIU, MAS AQUILO QUE CONFIRMA SUAS CRENÇAS

de dados torna-se uma tarefa jornalística ainda mais fundamental. “As agências de checagem têm feito um trabalho incrível, mas esse conteúdo ainda não chega à grande audiência; seu alcance é pequeno, mesmo com o engajamento de cada dia mais influenciadores”, destaca Cláudia Bredarioli. “Numa sociedade polarizada, isso certamente contribui com a crescente perda de credibilidade do jornalismo.”

Com a multiplicação dos influenciadores, criou-se a cultura da opinião e da entrevista, não focada necessariamente no interesse público, mas na ampliação e manutenção da audiência. Muitos podcasts vivem da exploração de celebridades e suas visões, não apenas de episódios da vida pessoal, mas também de comentários sobre política ou notícias do momento. Outros atuam a serviço de empresas ou grupos políticos interessados na disseminação de determinados tipos de conteúdo.

Fato ou opinião

Nessas circunstâncias, fake news e notícias distorcidas trafegam livremente, e essas informações chegam ao público o tempo todo. A consequência é que muitas coisas ditas ao vivo e vão parar nas redes sociais são absorvidas como verdade por grande parte da audiência, o que suscita a questão sobre se o público sabe distinguir opinião de notícia.

“Uma sociedade como a brasileira, com pouca educação de base e dificuldade de interpretação de textos, visivelmente não sabe diferenciar”, diz Cláudia Tavares. Para ela, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, as mentiras propagadas por governos extremistas, com o uso de métodos eficazes, inundam instantaneamente os celulares de pessoas dispostas a aceitar tudo com o que concordam ou que as identifique com seus líderes.

Ratier concorda que as pessoas não sabem diferenciar opinião de fato, considera que o antídoto para isso é a transparência e que cabe ao jornalismo fazer esse esclarecimento. “Temos que mostrar claramente como aquela reportagem foi feita, como as questões foram respondidas, e as que não foram respondidas também, porque o jornalismo muito raramente dá respostas finais.”

Para ele, é o momento de dar um passo atrás e, didática e humildemente, explicar o que é reportagem e o que é artigo de opinião, editorial, texto interpretativo, enfim, promover o que chama de educação midiática. “Mas sabemos que muitos veículos não têm interesse nisso, querem antes que haja essa editorialização.”

“No Brasil, uma das dificuldades para o público discernir o opinativo do factual tem a ver com o fato de as grandes empresas nunca terem deixado claro quais são seus posicionamentos, adotando um discurso conveniente e nem sempre verdadeiro de imparcialidade e neutralidade”, complementa Cláudia Bredarioli. Além disso, na atual crise financeira, as empresas de comunicação acabam cortando recursos de reportagem e jornalismo investigativo, bem mais custosos do que abrir espaço para textos de opinião.

A grande mídia brasileira poderia ter adotado ao longo do tempo as linhas editoriais que quisesse, desde que tornadas públicas e que as regras do jornalismo fossem obedecidas. Sua capacidade de atração de audiência e, em consequência, de recursos financeiros, seria alicerçada na credibilidade. Isso pôde ser percebido em muitos países nos quais há veículos que atendem a diferentes expectativas. Aqui, no entanto, prevaleceu um modelo único, em geral afinado com os interesses dos grupos que detêm o poder econômico, sob a falsa propaganda de que se vendia jornalismo isento.

CAPA

Impacto da internet

Nas últimas décadas, a livre circulação da informação, a partir do advento da internet, pôs em xeque a estrutura tradicional do jornalismo, segundo a qual veículos de comunicação, valendo-se de profissionais habilitados, detinham o monopólio da notícia. Havia, de um lado, a audiência e, de outro, o produtor de informação conhecido e identificado.

Mas a possibilidade de distribuição de informação sem custo para o público, o acesso generalizado a qualquer informação disponível e as transformações no segmento publicitário abriram uma crise financeira no mercado de mídia que sucateou estruturas, inibiu investimentos e precarizou salários.

Como resultado, nesse início de século, o país assistiu à falência de empresas de mídia, o fechamento de jornais e a tomada de emissoras de televisão aberta e de rádios por grupos religiosos. As redações encolheram, os gastos em produção foram cortados, atingindo diretamente a qualidade do noticiário, e os salários desabaram, afastando profissionais experientes e desestimulando o investimento pessoal na carreira. O processo de produção também foi atingido. “Antes, um texto passava por até quatro etapas antes de ser publicado, e isso não existe mais, a cobrança por qualidade recai toda sobre o autor, que, sobrecarregado, está vulnerável a cometer erros”, afirma Cláudia Bredarioli.

Ratier vê o esgotamento do modelo comercial do jornalismo, baseado em anúncios e, no caso dos jornais, na venda de assinaturas, como uma das causas do processo. “Se a gente for manter essa forma de receita, vão sobrar pouquíssimos veículos”, diz ele. “É preciso discutir a sério novas formas de financiamento da mídia, e isso passa pela taxaço dos grandes conglomerados de tecnologia.”

Eugênio Bucci vai além ao afirmar que é preciso conter o poder das *big techs*, as “empresas mais poderosas da história do capitalismo” em sua opinião. “São companhias que não produzem nada, mas têm grande poder sobre a atividade econômica e interferem até nos rumos da política”, afirma. O desafio, segundo ele, é enorme e necessita de um grande concerto internacional. “Nenhum país, sozinho, conseguiria mover essa estrutura.”

A busca por cliques, a necessidade de multiplicação de conteúdo, a sobrecarga de trabalho, a pejetização, a pressão pela velocidade para publicar, tudo isso atinge diretamente a atuação do trabalhador. E, além de salários aviltados, o profissional enfrenta a perda de direitos, longas jornadas e descanso irregular. “Os sucessivos cortes de pessoal e o medo do desemprego minam a capacidade de concentração, e os casos de depressão se

multiplicam nas redações”, relata Cláudia Tavares. Para combater a situação, ela não vê outra saída que não seja a organização coletiva. “É preciso combater a alienação em relação a nossos direitos, e apoiar as entidades que nos representam”, afirma. “O caminho é nos unirmos, sermos mais cooperativos e menos competitivos, por mais que isso soe utópico.”

A opinião é compartilhada por Ratier. “Sozinho, o jornalista pode muito pouco, e uma saída que precisa ser construída tem a ver com algum grau de coletivismo, seja uma maior atuação via sindicatos, seja pela participação em associações de classe e também pela proliferação do debate.” Para ele, a sociedade está num momento de resistência que exige ações coletivas, de denúncias e de “coragem para dar a cara para bater”.

Novos desafios

Diante das expectativas nada otimistas, o jornalista tem ainda o desafio de adaptar-se às novas linguagens. Os jovens consumidores se interessam menos por textos escritos, mais ainda se forem longos. As plataformas se aperfeiçoam constantemente, oferecendo novas possibilidades de comunicação entre as pessoas e entre quem produz conteúdo com seu público. Conectados o tempo todo por celulares, tablets e laptops, os novos leitores querem informação imediata.

O profissional de imprensa é levado a se adequar a tudo isso. A adaptação do jornalista à tecnologia, naturalmente, não é uma novidade. Cem anos atrás, quando surgiu o rádio, foi decretado o “primeiro fim da profissão”, graças à agilidade na informação e o custo zero para o público, mas o que se viu foi o surgimento de um novo modelo de comunicação que não diminuiu o papel do jornalismo impresso, mas, ao contrário, contribuiu para aperfeiçoá-lo. O mesmo aconteceu com o surgimento da televisão.

Agora, o fenômeno se repete. “Temos a tendência de imaginar o jornalismo sendo praticado nos antigos formatos, de redações estáticas, com determinados ciclos de trabalho, rotinas de publicação e textos escritos”, afirma Cláudia Bredarioli. Mas, de acordo com ela, se o novo público vive a vida e espera resultados em outro nível, os jovens jornalistas saem desse mesmo público e, logo, com as mesmas expectativas e habilidades. Eles estão acostumados com as novas velocidades e formatos.

“É claro que há uma complexidade, porque é exigido do profissional que tenha capacidade de contar e desenvolver histórias em formatos distintos. Antes, nos especializamos em um determinado modelo.” Além disso, houve uma demora para as empresas de mídia se adequarem a esses novos formatos e possibilidades. Afinal, as redes sociais são usadas como

A FENAJ TRABALHA HÁ MAIS DE DOIS ANOS EM UM PROJETO DE LEI PARA TAXAR AS GRANDES PLATAFORMAS, COMO FORMA DE FINANCIAR UM FUNDO QUE POSSA FOMENTAR O JORNALISMO NO BRASIL

instrumentos de comunicação da população desde os tempos do Twitter.

“Vivemos uma grande transição na prática do jornalismo e temos que nos modernizar e nos adaptar às mudanças”, afirma Bucci. De acordo com ele, o texto escrito das matérias factuais e as reportagens de televisão de edição trabalhosa vão continuar existindo, mas há outros formatos e, portanto, novas oportunidades para os profissionais. “É possível fazer bom jornalismo em livros, documentários, podcasts, cinema e em todos os formatos de plataformas digitais.”

Defesa do jornalismo

O pano de fundo de todo esse debate é o desafio de preservar a integridade do jornalismo. É sempre importante lembrar que a própria Constituição brasileira lista o acesso pleno à informação como um ponto essencial da cidadania, e liga o exercício do jornalismo diretamente à garantia desse direito. E mais do que um direito humano assegurado por leis, é também exigido por padrões éticos e civilizatórios.

“Uma sociedade sem informação não tem as vias adequadas para fazer as suas escolhas”, diz Ratier. “Nós, jornalistas, não podemos perder esse norte, que é lutar em defesa do interesse público e do acesso à informação, que são valores relacionados ao nosso fazer”, afirma Cláudia Bredarioli.

Essa luta inclui garantir os meios de subsistência da atividade. “Temos que começar a pensar o jornalismo como política pública e considerar o financiamento público da livre circulação da informação como uma demanda social”, propõe Ratier. Para ele, a discussão passa pela taxaço das grandes plataformas e pelo financiamento público de empresas de comunicação.

Nessa linha, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) trabalha, há mais de dois anos, em um projeto de lei para taxar as grandes plataformas, como forma de financiar um fundo que possa fomentar o jornalismo no Brasil. Para a Fenaj, é uma forma de mitigar as consequências negativas do modelo agressivo das plataformas, que se apropriam gratuitamente do trabalho jornalístico, minando a sobrevivência econômica do próprio jornalismo.

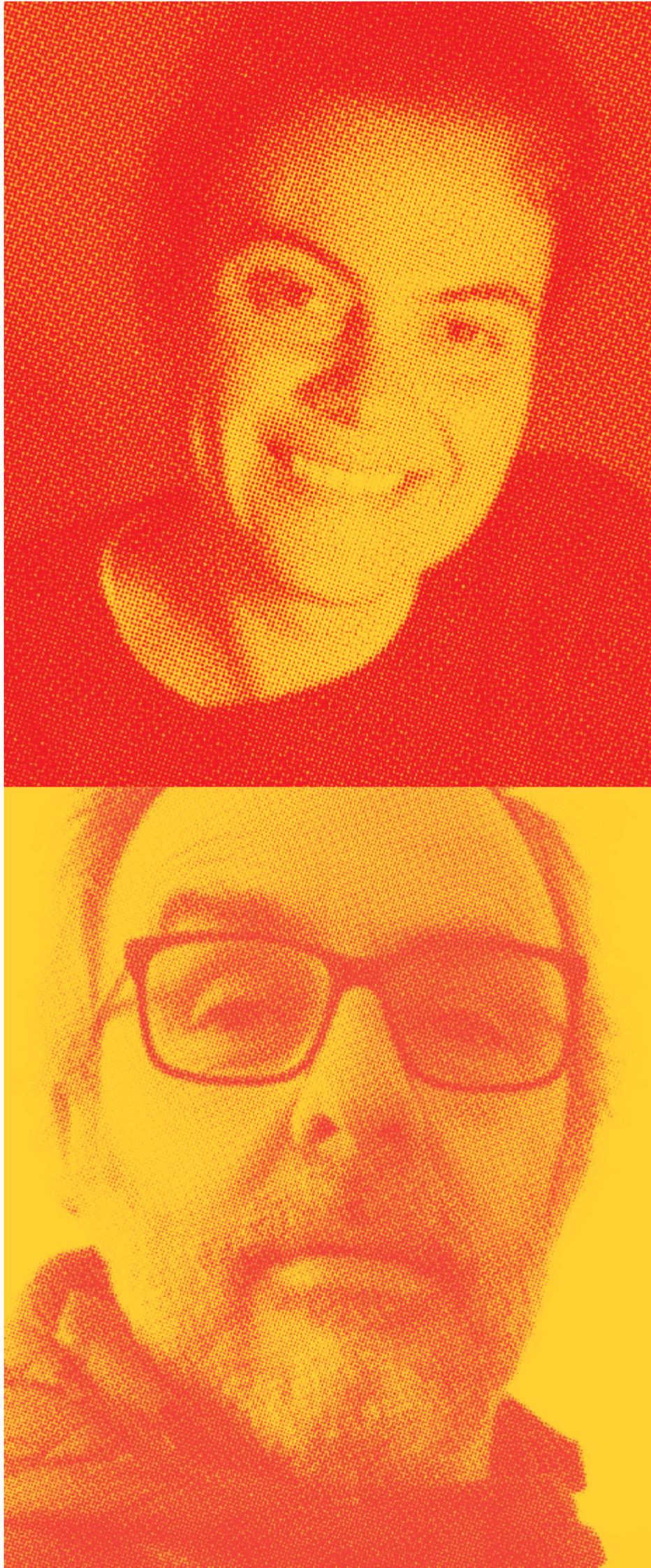
Ratier destaca que as mudanças que aponta como necessárias não serão fáceis. “São pautas indigestas e vai ter muita gritaria, mas é preciso começar a semear esse caminho.”

Bucci vai além, evoca o controverso tema da regulação da mídia e diz que é preciso assegurar que assimetrias não prevaleçam, porque elas solapam a democracia. “O autoritarismo adoce o jornalismo, e a sociedade necessita de pluralidade de vozes.” ●

ENTREVISTA

Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira

© ARQUIVO PESSOAL



NINGUÉM É MAIS VÍTIMA DA FAKE NEWS DO QUE O JORNALISMO

por Juliana Almeida
Larissa Gould
Thiago Tanji



Diante da disseminação em massa de fake news, os pesquisadores **Fernanda Sarkis** e **Marcus Nogueira** fizeram um estudo sobre como a milícia digital bolsonarista age nas redes sociais. Fernanda é formada em cinema pela Universidade de Brasília, mestre em comunicação política pela Universidade do Porto (Portugal) e doutoranda em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais na mesma universidade. Marcus Nogueira, formado em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), tem experiência em arte e educação em escolas de São Paulo e Brasília.

Durante um período de seis meses, eles investigaram 80 perfis que, interligados, formaram uma rede de informações falsas e massificaram a distribuição desses conteúdos.

A análise dos pesquisadores partiu do perfil de Carlos Bolsonaro, para a identificação dos padrões de comportamento dele e da rede que o cercava. Com base nesse estudo e na identificação de um “ecossistema de desinformação”, a campanha de Lula conseguiu no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 75 decisões judiciais para remover postagens, após ações de checagem de dezenas de links de desinformação durante as eleições.

Esse foi o ponto de partida de Fernanda e Marcus para o estudo: o que é factualmente falso e a verdade factual. O que aconteceu ou não aconteceu.

ENTREVISTA

Existe hoje uma disputa pela verdade dentro do jornalismo. No entanto, independentemente das narrativas, há a verdade factual. O estudo de vocês traz um ecossistema da desinformação que tenta desvirtuar isso. Vocês podem explicar como ele se constitui?

Fernanda Sarkis: Nós desenvolvemos uma metodologia de análise de redes de interesse que atuam em plataformas digitais, o que passa primeiro por identificar quem são as fontes de informação. Nesse caso, fonte de informação midiática. Primeiro, a gente identifica uma controvérsia na rede. Identificado esse território de controvérsia, começamos um processo de identificação de quem são as fontes de informação nesse caso midiático e fazemos a análise de discurso. Fazemos esse trabalho há mais de dois anos para o Partido Socialista português, primeiro uma análise de como estava a discussão em torno do Plano de Recuperação em Resiliência da Pandemia, fundos europeus que vão ser implantados ao longo de cinco anos. Depois desta experiência, começamos a análise da realidade da rede brasileira, partindo de um primeiro ponto que era analisar o comportamento de Carlos Bolsonaro, coordenador das redes sociais do pai, Jair Bolsonaro. Começamos a observar o comportamento de Carlos na rede e fazer a identificação desses padrões, categorizá-los e desenhar o primeiro núcleo desse ecossistema que depois se expandiu. Quando a gente fez o primeiro recorte eram 70 e, quando terminamos a análise, no final do segundo turno, eram quase 200 perfis analisados que estavam nesse núcleo.

Na ação que nós colocamos no TSE, foram 80 perfis, de acordo com critérios suficientes para demonstrar essa atuação coordenada. Quando começamos o exercício de caracterizar o ecossistema, levantamos com os advogados mais de 100 ações de representação de conteúdo. Depois de 75 decisões, amarramos todas essas ações e caracterizamos a existência de um ecossistema de desinformação, composto de milhares de links ao longo desse conjunto de representações, que eram factualmente falsos, porque as agências atestavam dessa forma a partir de um conjunto de critérios.

Marcus Nogueira: É muito importante a ideia de que a gente não pesquisa a pessoa. A gente pesquisa o assunto, pois a disputa de ocupação de espaço é uma questão de agendamento e enquadramento. Todos os dados são coletados e, a partir da análise do discurso, gradativamente o tema vai criando contornos em torno daquilo que nos interessa. Assim, conseguimos fazer o que chamamos de cartografia da controvérsia, porque a gente cartografa esse conjunto de personagens de interesses de agenda de en-

Análise partiu da observação do comportamento de Carlos Bolsonaro como coordenador das redes sociais do pai, Jair Bolsonaro

© REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



quadramento. E começamos a identificar rotas, tanto de núcleos de produção de conteúdo, quanto de distribuição de conteúdo, e gradativamente esse território começa a ser adensado, conectado com outros territórios, porque os temas nunca estão isolados, uma fake news nunca é uma fake news isolada.

FS: A perseguição aos cristãos, a perseguição à direita, o encarceramento de opositores, toda essa ideia está amarrada nessa grande novela que é o arco narrativo.

Como é feita a captação destes dados?

MN: Nosso trabalho é muito artesanal, somos nós mesmos que conseguimos entrar na rede. Usamos Big Data, aplicativos e outras ferramentas, mas pensamos a rede como a floresta amazônica.

FS: Como imagem de satélite, o Big Data é importante, porque você vê um cenário amplo, mas não dá conta nem de explicar o fenômeno, nem de encontrar rotas de resolução do fenômeno. É importante porque te diz: “Olha, isso que você está vendo aqui, num pequeno núcleo de trocas comunitárias, representa um padrão que está espalhado como método num determinado território e ocupa x por cento”. Acompanhando outros pesquisadores que publicaram gráficos de conexões ou outros tipos de análises com Big Data, a gente comprovava o que via no micro nas relações comunitárias, aquelas figuras centrais que a gente identificava. Elas eram de fato responsáveis pela ocupação do espaço e esses personagens ficaram familiarizados. Tem cartografias que estão publicadas há anos com as mesmas pessoas e ninguém nunca identificou: olha, são as mesmas pessoas aqui, organizadas sempre no mesmo

“

É IMPORTANTE A CAPACIDADE DA CRIAÇÃO DAS NOVELAS, OS NÚCLEOS COORDENADOS DE PRODUÇÃO DE DESINFORMAÇÃO FUNCIONAM COMO UM GRANDE ECOSISTEMA DE NOVELA, COM ENREDO E PERSONAGENS

padrão de ocupação. Você não mantém padrão de ocupação na rede a não ser que tenha algum tipo de estrutura coordenada, porque ninguém acorda todo dia de manhã inspirado e pensa igual a um monte de gente, vai lá na rede, fala a mesma coisa, numa mesma hora, sempre com as mesmas pessoas.

E como se criam essas narrativas fictícias?

MN: Uma coisa importante é a capacidade da criação das novelas, porque no final das contas você vai observando os núcleos coordenados de produção de desinformação, eles funcionam como um grande ecossistema de novela. Eles têm enredo, têm personagens. É muito interessante como são armadilhas colocadas e que fazem com que toda contrarreação que o governo Lula fizer agora contra fake news, tipo pacote verdade, já entre numa novela narrativa consolidada. Por exemplo, [Flávio] Dino é o “comissário Dino”, entende? Aí já vira o “Ministério da Verdade”, e com isso já entram na guerra cultural deles. Vira uma avalanche comunicacional enorme, que ocupa a rede com muita força.

Um exemplo é que, logo depois das prisões em consequência da tentativa de golpe de 8 de janeiro, eles criaram o *Lulac*, que era o campo de concentração do governo Lula. Eles fizeram muitas imagens dos ônibus enfileirados e dos vagões de trens, onde entravam os judeus, lembrando Auschwitz. É uma massa que vai produzindo e é uma história que já está contada, são capítulos de uma história, as pessoas que estão envolvidas nesse processo, as pessoas que estão nessas rotas de distribuição, desde os grupos do tiozão do WhatsApp, essas pessoas que estão nesta rota estão envolvidas no enredo, é a metodologia de distribuição

Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira



A produtora Brasil Paralelo tem a função de ser o grande organizador temático da rede da extrema direita

© REPRODUÇÃO

de produção de conteúdo de ocupação de rede. Eles não desistem de nenhum tema, não têm uma bola em que eles não vão.

Vocês falaram um pouco dos arcos narrativos e a pesquisa que fizeram mostra que temas como violência e criminalidade, religião e costumes, descredibilização do sistema eleitoral e agenda socioeconômica foram grandes guarda-chuvas. Temas muito caracterizados pela questão da guerra cultural, da qual houve, inclusive, a tentativa do governo Lula de fugir, justamente porque estamos em desvantagem. Como estão esses grandes temas e quais as características nas redes bolsonaristas, dessas milícias bolsonaristas?

FS: O arco narrativo é esse conjunto, esse grande processo que sustenta todas as fake news. Quando a gente começou, identificamos, primeiro, que não tem ocupação de espaço fora da guerra cultural, isso é um ponto que a gente precisa aceitar. Não é só no Brasil. Primeiro, porque você não ocupa espaço sem controvérsia, né? Essa coisa do atrito entre ideias é o que vai gerando ocupação de espaço. É uma ilusão você achar que vai colocar um tema de que ninguém discorda e vai fazer espaço com isso. Não tem disputa política nesse momento que esteja sendo travada para fora da guerra cultural, e esse é o primeiro ponto comum. É aqui, é em Portugal, é na Espanha, na Itália, na Argentina, acho que esse é o primeiro ponto.

Essas redes que nós temos observado, nessa grande rede transnacional que vai formando diferentes ecossistemas, estão dentro dessa questão da guerra cultural, é por aí mesmo, só pegam os temas latentes da guerra cultural, a gente pode pegar dois grandes blocos que são as pautas: pró-vida e pró-família. Elas resumem de uma maneira geral, isso está lá e está aqui.

“

SE VOCÊ REGULAR AS PLATAFORMAS E NÃO RETIRAR QUEM ESTÁ CAUSANDO A DESINFORMAÇÃO, AS ESTRUTURAS MONTADAS, ORGANIZADAS E COORDENADAS DE DESINFORMAÇÃO VÃO SE ADAPTAR

MN: O arco narrativo vai ser identificado por partes. Se eu rompo um elo conectivo, as figuras que têm maior valor de verdade dentro da rede deles não podem pôr a mão em conteúdos que a Justiça derrubou. Todo o conteúdo que a Justiça derrubava era um prejuízo para eles do ponto de vista da construção do arco narrativo. Por exemplo, a ação que proibiu o Brasil Paralelo, que precisa ser olhado com muito cuidado. Quanto de investimento tem lá dentro, qual é a função do Brasil Paralelo? Eles têm uma função absolutamente importante, são os grandes organizadores temáticos da rede da extrema direita brasileira. Eles criam os vídeos, a produção audiovisual que vai ser picada, para ser distribuída afóra na rede, têm uma função muito importante de organização de narrativa, dos elos narrativos. São narrativas simples e objetivas, que muitas vezes os progressistas têm até dificuldade de entender pela simplicidade e o primarismo da história. Quem dá a linha para você caminhar é o arco temático, é a construção narrativa, é o agendamento e o enquadramento.

No final da cadeia produtiva da informação deles, eles produzem “conteúdo noticioso”, então desestruturam a epistemologia da construção histórica do jornalista, do jornalismo, percebe? Eles vão destruir o processo sobre qualificação da verdade, por exemplo.

FS: E rompem os critérios de fonte de informação, de legitimidade e credibilidade.

As plataformas também são coniventes com isso, mas como o poder político, poder econômico e possivelmente plataformas e outros agentes vão contribuir para esse ecossistema que não é orgânico?

FS: Primeira coisa: esse poder político é não só do Palácio do Planalto, como também de gabinetes de diversos deputados e senadores. E, nesse caso específico do poder político, é uma zona cinza, porque o deputado está defendendo uma perspectiva dele. Obviamente não pode mentir, mas está nesse campo de uma influência política e partidária. Agora, quando entra na questão econômica, a gente percebe um processo mais complexo. A ideia de que tem alguém que contrata, que fica com todo mundo na lista de pagamento, a gente não vê nada nesse sentido. O que a gente vê é que eles encontraram modelos de desenvolver pequenos empreendimentos que vão sendo pagos pela própria rede. Então, por exemplo, a pessoa tem canal no YouTube, tem canal no TikTok, cria canal no Telegram, vai distribuindo os conteúdos a pequenas comunidades, põe muita coisa no Kwai. O Kwai remunera pequeno produtor de conteúdo, quem vai distribuir alguns canais é monetizado, mas a maioria não é, então a plataforma até monetiza alguns. Nesse processo final a gente tem percebido que, aliás, 2022 é marcado por processos de desmonetização, que são independentes da eleição. O YouTube fez uma série de desmonetizações. Uma rede como a Brasil Paralelo claramente tem um dinheiro que vem de fora. De onde vem, eu não sei. Se são empresários que colocam dinheiro, se são cofinanciadores... Só as assinaturas não fecham a conta. Se os caras estão colocando três milhões por mês de publicidade no Facebook, no Twitter, produzindo documentário todo dia, como é que vai fechar essa conta?

Isso para falar o quê? A arquitetura de financiamento da desinformação é muito complexa. Obviamente, as plataformas precisam de regulação, e acho que inclusive elas querem isso. As maiores me dão uma sensação de que querem algum tipo de regulação, porque a situação também está fora de controle para elas. A gente observou por exemplo as medidas tomadas por orientação do TSE. As plataformas seguiram a maior parte delas e muitas coisas foram sendo de fato derrubadas. Nem por causa disso a rede deixou de funcionar, porque a capacidade de adaptação, as contrições que vão sendo geradas na rede, nas plataformas, é muito grande, a rede reorganiza e monta sistemas de distribuição numa velocidade enorme. Mas se você regular as plataformas e não retirar quem está causando a desinformação, as estruturas montadas, organizadas e coordenadas de desinformação, vão se adaptar. Não ia adiantar nada ter um mundo de regulação se a Carla Zambelli continuasse com o perfil dela, o Luciano Hang. Ou se outras figuras continuassem produzindo sistematicamente.

ENTREVISTA

Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira

Querer transferir só para a plataforma, como se só a regulação da plataforma fosse acabar com o fenômeno da desinformação, na nossa percepção não dá conta. A regulação é necessária, mas precisa ter critério claro de derrubar conteúdo. O que não pode ser feito na rede? Quais são os limites do que você pode colocar publicamente, levando em conta o impacto de quem coloca, o nível de estrago. Esses critérios precisam ficar claros para todo mundo.

E como isso afeta o jornalismo?

MN: Nós vamos ter que passar pelas conferências outra vez, a gente precisa dar uma atualizada, temos que meter os jornalistas para se reunir de novo para conseguir estabelecer novos parâmetros civilizatórios do ponto de vista da governança na internet, sabe? E a gente perceber a regulação da plataforma no ambiente contextual de governança na internet. E, percebendo as diferentes nuances disso, só para terminar uma coisa, porque há uma hipótese que eu não consigo aceitar: a de que a distribuição de fake news é um bom negócio na plataforma.

FS: Muito do que a gente debate, entre nós, e o que a gente vê, os jornalistas, os sindicatos, deveriam puxar essa conversa da regulação, porque ninguém é mais vítima da falta de regulação do que o jornalismo. O ataque, quando a gente fala que é nos critérios da fonte de informação, está na base, no núcleo central da fake news, da desinformação. Nós estamos falando da matéria-prima do jornalismo, os critérios do jornalismo, não é todo mundo que é jornalista. A pessoa pode dizer “ah, eu sou jornalista”, e não necessariamente tudo o que o jornalista escreve é jornalismo, porque se isso não for feito, o jornalismo vai morrer. Porque o jornalismo revela algo que não é conhecido pela sociedade, uma verdade que não é conhecida pela sociedade, e esse é o ponto estrutural de toda a batalha.

MN: É a cadeia produtiva do jornalista, na nossa opinião. É a cadeia produtiva do conteúdo que está sendo lesada.

FS: O produtor de fake news disputa matéria-prima com o jornalista. E essa noção, essa discussão tem que ser puxada pelo jornalismo. Ninguém é mais vítima da fake news do que o jornalismo. Quem está no grau zero da bomba atômica é o jornalismo, acho que essa é uma percepção que a gente tem muito forte.

E como o jornalismo pode se preparar melhor para esse cenário? Existe alguma perspectiva de melhora para o futuro?

Allan dos Santos, investigado por divulgar fake news, e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) na CPI da Covid, em 2021

© ROQUE DE SÁ/AG. SENADO



MN: Eu sou otimista, sim, porque a que a única coisa que essa estrutura não suporta é a luz. Eles têm muitos contraditórios, e é especialidade deles esconder os contraditórios deles, explicitando os nossos. Então, tem uma questão fundamental que é a gente, devagar, processualmente, ir dando luz, reportando esse funcionamento. A gente pautando as nossas agências de notícias, os nossos parceiros jornalistas, construindo o processo, porque não vai ser uma varinha mágica que vai desestruturar. Nós vamos ter que entrar nesse processo também de atualização do nosso hardware, do nosso software. Eu sou muito crente, acredito muito no processo das conferências, pra gente conseguir encontrar juntos os parâmetros para fazer o enquadramento deles.

A gente precisa primeiro olhar para eles, perceber o funcionamento deles com tranquilidade e falar assim: “Isso aqui é uma sacada legal que eu vou usar”. Enfim, o primeiro aspecto é a gente conseguir visualizar. Visualizando, nós somos mais inteligentes que eles, é sério! E a gente os visualiza e vai entender os pontinhos do elo narrativo, a gente explode o elo narrativo deles, coordenadamente o jornalismo assumindo enfrentamento, como ator, sujeito da história. Vamos pôr o carro para rodar para cima deles, porque eles não resistem.

FS: Essa história que o Marcos dizia de colocar luz é um ponto fundamental, porque eles conseguiram gerar um sentimento de surdez. Por defesa, a gente resolveu tampar os ouvidos, bloquear tudo o que vinha de lá. “Vou viver aqui no meu mundo, porque eu não aguento”, e esse foi o efeito fundamental que eles geraram para continuarem existindo, porque não conseguem viver na luz. Eles sabem tudo o que a gente diz, e esse trabalho de observação e de olhar para ele

“

VAMOS TER QUE PASSAR PELAS CONFERÊNCIAS OUTRA VEZ, REUNIR OS JORNALISTAS PARA ESTABELECEM NOVOS PARÂMETROS CIVILIZATÓRIOS DO PONTO DE VISTA DA GOVERNANÇA NA INTERNET

de maneira desmistificada, eles buscam a perpetuação do encantamento do mundo. Tudo o que acontece tem que estar envolto de uma aura encantada, e esse encantamento só sobrevive na sombra, não sobrevive na luz, não sobrevive à realidade. Nós temos que voltar a ouvi-los, e temos que seguir todos eles, a gente tem que ver todos eles, entender como se comunicam, entender os territórios temáticos que eles empreendem, quem está dentro desses territórios temáticos, mergulhar nesse mundo. Eu vou dar um exemplo de dois órgãos de comunicação que fizeram trabalhos fundamentais ao longo da eleição, que são o *Estadão* e a *Agência Pública*, porque eles montaram lista de monitoramento, entenderam os territórios temáticos e ficaram em cima. Você pega, por exemplo, matérias desses dois veículos sobre o 7 de setembro, vai ver a quantidade de informação de fontes organizadas que tem ali. Se pegar aquilo e cruzar com que aconteceu no 8 de janeiro, nós temos uma história inteira contada.

Então, esse ponto da surdez, de não saber direito o que eles falam, do nojo, da repulsa, este é o sentimento que eles colocaram na gente e que os protege. A gente tem que parar de ter nojo do Carlos, tem que parar de ter nojo dessas pessoas, temos que olhar para eles como eles são: gente fazendo mentira, contando desinformação e querendo fazer avaliação visual do mundo. Qualquer coisa para fora disso é o que eles esperam que a gente tenha. Ah, tem uma megaestrutura de robô etc. O que a gente viu é o Carlos começar a trabalhar às seis horas da manhã e parar à meia-noite. Então, pode ter esse monte de estrutura, mas tem ali a permanência de uma pessoa que fica o dia inteiro lendo o outro lado, traduzindo para rede dele, é isso que o Carlos fez ao longo desses anos todos. O que eles têm é uma comunicação comunitária digital muito sofisticada. ●

COJIRA



© PIXABAY

Temática étnico-racial não é abordada nas disciplinas obrigatórias de jornalismo, apesar da existência de legislações e diretrizes

A COR DO ENSINO DE JORNALISMO

Apesar da obrigatoriedade, ensino de relações étnico-raciais nos cursos de jornalismo ainda não é uma realidade

por **Thais Folego Gama**

Quando aprendi sobre a história do jornal *Diabo Coxo* (1864-1865) na faculdade de jornalismo, foi ensinado que ele havia sido fundado pelo ilustrador italiano Angelo Agostini. A informação estava correta, porém incompleta. Ela apagava da história do folhetim – que se destacou no século 19 por utilizar caricaturas como estratégias na compreensão de fatos sociais – seu outro fundador: ninguém mais, ninguém menos que o jornalista, advogado e abolicionista Luiz Gama.

O apagamento das contribuições de pessoas negras não está restrito ao ensino de jornalismo, ele se reflete também na prática jornalística. Com redações formadas por maioria de jornalistas brancos, com pouco ou nenhum letramento racial, práticas racistas permeiam o fazer jornalístico, da escolha das pautas e de fontes até as narrativas construídas.

“Na prática, ao não reconhecerem o racismo como um problema do campo jornalístico, os currículos o reforçam”, diz Carla Baiense Felix, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) no artigo “A obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais nos Cursos de Jornalismo: um debate necessário”.

“Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros”, constatou o professor e ativista Abdias do Nascimento, na década de 1970. Cinquenta anos depois, muita coisa mudou no acesso de estudantes negros às universidades, mas o ensino de relações étnico-raciais ainda é incipiente.

Em 2023, a Lei 10.639 completa 20 anos no Brasil. Ela tornou obrigatório, em 2003, o ensino da história e da cultura da África e a educação para as relações étnico-raciais no ensino básico em todo o país. No ensino superior, um ano depois, um parecer do Conselho Nacional de Educação (homologado pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004) foi no mesmo sentido e reiterou a obrigatoriedade da educação das relações étnico-raciais, conhecimentos de matriz africana e que dizem respeito à população negra. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de jornalismo, de 2013, vão na mesma linha.

“Considerando a realidade das universidades brasileiras, é imprescindível a incorporação de disciplinas obrigatórias aos currículos, como forma de garantir o acesso dos e das estudantes aos conteúdos e combater o racismo na prática jornalística”, diz a professora da

UFF. Segundo ela, apesar da legislação, a obrigatoriedade não é cumprida à risca.

Segundo o último Ranking Universitário do jornal *Folha de S. Paulo* (RUF), de 2019, o curso de jornalismo mais bem colocado no estado de São Paulo é o da Universidade de São Paulo (USP), que obteve a quarta colocação nacional. A jornalista Carla Pires Gomes estudou os impactos das relações étnico-raciais no currículo do curso na USP entre 2011 e 2021. A conclusão é de que ainda há fortes reflexos da branquitude nas decisões relacionadas ao currículo do curso, assim como em outras instâncias da universidade.

“Alguns dos principais traços da branquitude são o silenciamento e o não reconhecimento do papel de pessoas brancas diante do racismo estrutural e das desigualdades sociais do país, assim como a normalização da super-representação branca, mesmo em um país com maioria negra”, diz Gomes em seu trabalho de conclusão da pós-graduação em Cultura, Educação e Relações Étnico-raciais.

Ela explica que esses elementos impactam no currículo na medida em que a temática étnico-racial não é abordada formalmente nas disciplinas obrigatórias do curso, apesar da existência de legislações e diretrizes. Ela observa que, com base nelas, cursos de jornalismo de outras universidades adotaram o tema em suas grades curriculares.

“O curso de jornalismo da USP contribui em algum nível para a manutenção do racismo midiático, da desigualdade racial no jornalismo e da propagação da branquitude no imaginário da sociedade brasileira, já que desconsidera os impactos das relações étnico-raciais na formação universitária de jornalistas e, conseqüentemente, na prática jornalística”, conclui.

“AO NÃO RECONHECEREM O RACISMO COMO UM PROBLEMA DO CAMPO JORNALÍSTICO, OS CURRÍCULOS O REFORÇAM”, DIZ CARLA BAIENSE FELIX, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



FOTOJORNALISMO

GOLPISMO DOLOSO

por Guilherme Gandolfi

É difícil dizer quando começou o que veio a se tornar o ataque terrorista aos três poderes de 8 de janeiro, mas é indiscutível que passa pelo dia 7 de setembro de 2021, quando, inspirado por Donald Trump, Jair Bolsonaro, no terceiro ano de mandato, convocou seus apoiadores para a rua e discursou contra os poderes Legislativo e Judiciário.

Na cobertura fotográfica de rua, pude observar cenas como *selfies* com policiais militares da ativa e aposentados, como aqueles da mortífera Rota. Cartazes em inglês e pedindo a ajuda das Forças Armadas, “patriotas” com bandeiras de Israel, EUA e Brasil Império.

Dentre tantos manifestantes pedindo “intervenção militar”, “uso do artigo 142”, ou seja, golpe com outras palavras, um chamou atenção especial.

Nesse dia, pude registrar um homem que parecia fantasiado como uma versão br do golpista mais famoso do Capitólio dos EUA, aquele sem camisa e pintado com as cores de seu país.

Fotos do manifestante em questão rodaram o Brasil e o mundo na época. Prova do golpe anunciado. As comparações voltaram a ser feitas entre os dois personagens, depois dos ataques em Brasília no início do ano.

É impossível falar de bolsonarismo sem falar das agressões à imprensa. De ameaças a quem está com uma câmera, mesmo que vestido de verde e amarelo. Perguntas como “você não é da Foice de São Paulo?” que nós, profissionais da comunicação, vivenciamos, deram o tom do governo Bolsonaro e de seus apoiadores. Ataques estes cujos verdadeiro alvo não são os trabalhadores, mas nossa frágil democracia.

A cobertura na rua é a prova de que tudo foi anunciado e de que nada foi feito para punir militares ou civis, funcionários públicos ou não, que passaram pelo menos dois anos pedindo golpe. ●



Bolsonaristas batem continência para aposentados da Rota (7/9/2022)



PM tira foto de manifestantes com seus colegas em ato de 7 de setembro (7/9/2022)



Acima, Bolsonaro usa roupa em alusão a manifestante que invadiu o capitolio nos EUA (7/9/2021); ao lado, da esquerda para a direita, cartaz com criticas ao STF em manifestação bolsonarista; faixa em inglês pede intervenção militar (7/9/2021)



Ao lado, da esquerda para a direita, cartaz em inglês contra Lula (07/09/2022); cartaz marca o último dia de acampamento golpista na frente do Exército em São Paulo (9/1/2023)

SINDICAL

REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA EM PAUTA

SEIS ANOS DEPOIS, COM UM GOVERNO ELEITO PELOS TRABALHADORES, A EXPECTATIVA É DE RECONQUISTA DE DIREITOS

por Priscila Chandretti

Um dos primeiros passos tomados pelo novo governo Lula, já no dia 18 de janeiro, foi se reunir com representantes do movimento sindical. O novo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, com origem na Central Única dos Trabalhadores, afirmou que haverá uma “análise sobre a legislação trabalhista”, com o objetivo de “valorizar a negociação coletiva e fortalecer sindicatos”.

Para dirigentes do movimento sindical de jornalistas, a discussão sobre as leis trabalhistas passa, necessariamente, pela revogação da Lei 13.467, da reforma trabalhista. “A base de toda a discussão parte da necessidade de revogar uma reforma trabalhista que não realizou nenhum tipo efetivo de modernização das relações de trabalho. O que ocorreu, de fato, foi uma absurda regressão das mínimas garantias e direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira nos últimos 100 anos”, avalia Thiago Tanji, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP). Para ele, é “certo que precisamos discutir com muita profundidade as novas relações produtivas e seus consequentes impactos no mundo do trabalho, como o trabalho remoto e as novas possibilidades tecnológicas”.

A mesma posição é afirmada pela presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Samira de Castro. “A posição da Fenaj é de que as contrarreformas trabalhista e previdenciária precisam ser revogadas, porque, passados seis anos elas se comprovaram a maior falácia do capitalismo neoliberal e rentista que vigora no Brasil. A gente precisa recriar mecanismos de proteção da classe trabalhadora. Esse debate deve ser feito com urgência pelo novo governo”. Para Samira, a deterioração do mercado de trabalho se aprofunda cada vez mais, sem perspectiva de criação de empregos. “Claro que a geração de emprego depende também do crescimento econômico, mas é uma situação que não vai se concretizar se a gente não rediscutir os mecanismos implantados com a reforma trabalhista”, afirma.

Retirada de direitos

A Lei 13.467, chamada de reforma trabalhista, foi sancionada pelo presidente Michel Temer em julho de 2017 e passou a vigorar em novembro do mesmo ano. Ela alterou mais de uma centena de pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e reduziu ou extinguiu direitos e garantias conquistados por décadas de luta trabalhista. Também abriu o caminho para que negociações estabeleçam condições menos benéficas a um segmento de



Michel Temer, em pronunciamento após a aprovação da reforma trabalhista

trabalhadores do que o previsto por lei, ou seja, o mínimo que antes era garantido a toda a classe pela CLT.

À época, o SJSP fez um trabalho intenso de dissecar as dezenas de pontos e retrocessos introduzidos pela nova lei, avaliar de que forma cada mudança poderia impactar especificamente nossa categoria e – mais importante – iniciou um debate nos locais de trabalho, em seminário e assembleias, sobre quais táticas seriam adotadas para enfrentar a nova situação legal, de acordo com cada ponto.

Um exemplo foi a avaliação de que o Departamento Jurídico do Sindicato seguiria disponível aos jornalistas para conferências de valores no momento de demissão, mesmo com o fim da obrigação legal de que as empresas realizassem a homologação do termo de rescisão nas entidades. Já se sabia que o número de trabalhadores assistidos seria muito inferior, mas decidiu-se que ainda assim seria importante oferecer essa alternativa para que o jornalista tivesse mais segurança ou pudesse cobrar valores devidos.

Para outros pontos, a categoria formulou reivindicações para as negociações com os sindicatos patronais. Muito pouco se avançou, frente à completa indisposição patronal de negociar, de fato, as reivindicações dos trabalhadores e quaisquer medidas que possam vir a significar uma proteção adicional para os jornalistas.

Cláusula de home office

Uma exceção foi a regulamentação do trabalho em home office no setor das empresas de Jornais e Revistas da capital. Frente ao fato de que a Lei 13.467 estabelecia que o empregador não precisaria realizar o controle de jornada dos empregados em teletrabalho ou trabalho remoto, o SJSP incluiu em todas as

negociações a reivindicação de que as convenções coletivas instituíssem essa obrigação (além de outras questões como o reembolso do custo da infraestrutura ao funcionário). Em 2018, os jornalistas desse segmento conquistaram uma cláusula limitada, mas garantindo que “os jornalistas em teletrabalho manterão a jornada de trabalho contratada”, ou seja, o trabalho que exceder a jornada e não tiver contrapartida em pagamento ou compensação estará fora do regulado pela Convenção Coletiva do setor.

Em 2020, com a pandemia, em empresas como *Estadão*, *Folha* e Editora Globo, que colocaram redações de forma integral em home office, os jornalistas se mobilizaram com o Sindicato e, tendo a cláusula como ponto de apoio, conquistaram o direito ao registro de ponto (uma proteção para o trabalhador) nos acordos coletivos específicos feitos com as empresas.

Negociações coletivas

O movimento sindical sempre buscou enfrentar um fato básico das relações trabalhistas: entre um patrão e um trabalhador, individualmente, manda quem pode. Não existe possibilidade de conversar ou negociar em pé de igualdade quando o funcionário depende do seu salário para sustentar a si e à sua família. É por isso que dispositivos como o banco de horas, instituído por meio de acordo individual, são tão prejudiciais. Nos fatos, ainda que a lei preveja “negociação individual”, o que acontece é que o trabalhador recebe do RH um contrato impresso para assinar: não se negocia nem a retirada de algum erro de português que haja no documento.

Aliás, a criação do banco de horas em si já é, de forma largamente majoritária, prejudicial ao interesse dos trabalhadores, pois possibilita ao empregador pra-

© VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

ticar jornadas superiores ao limite legal sem ter custos adicionais. Frequentemente, o trabalho realizado após a jornada diária, que deveria ser extraordinário, transformou-se na regra, e o empregado muitas vezes não consegue sequer ter controle sobre as horas devidas, nem consegue gozá-las quando é de seu interesse, mas sim quando é conveniente, de novo, para a empresa.

Até a mudança de 2017, a regra era de que esse dispositivo só poderia existir se fosse negociado com o Sindicato. Contrariando a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XIII, a reforma criou o banco de horas por acordo individual, ou, o que é ainda pior, pelo chamado “acordo tácito”.

Nas redações, como é natural, todos os empregados cumprem as mesmas regras de compensação em banco de horas, ou seja, não são condições “individuais”. Então, por que a negociação não seria coletiva? O objetivo é justamente dar às empresas as condições de impor os seus termos. “O patrão, que tem o maior poder no âmbito de uma relação assimétrica, praticamente obriga o trabalhador a assinar o acordo, sem que o sindicato tenha sequer ciência das condições”, explica Samira.

Na avaliação do coordenador do Departamento Jurídico do SJSP, o advogado Raphael Maia, o impacto desse dispositivo sobre a categoria, pelo menos em nível estadual, acabou sendo menor do que se esperava, em virtude do trabalho remoto.

“Até por conta da pandemia, o que aconteceu foi que boa parte da nossa categoria entrou em home office”, diz Raphael. Sem controle de jornada, não há aferição de eventuais horas extras, nem para o pagamento dessas horas, nem para compensação. “Documento formal de banco de horas formulado pela empresa, ao qual os trabalhadores tiveram que aderir individualmente, temos conhecimento apenas na *Tribuna* de Santos.”

Isso não quer dizer, no entanto, que em outros locais não esteja sendo aplicado o banco de horas “tácito”, ou seja, realizado sem formalização prévia das condições de compensação. A chefia ordena: “Trabalha um pouco a mais hoje, e na semana que vem você entra mais tarde num dia”. Nestes casos, muitas vezes o próprio trabalhador não tem a percepção de que aquilo é uma prática que lesa seus direitos (hora extra deveria ser paga com adicional), vê apenas como uma medida de gestão adotada pela chefia. Esses casos sequer são levados ao Sindicato.

Fim da ultratividade

A reforma trabalhista transformou em lei o que, em 2017, já era entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), adotado pelo ministro Gilmar Mendes em decisão monocrática: o fim da ultratividade – ou seja, da prorrogação dos

O TEMOR DO TRABALHADOR PELA AÇÃO INDIVIDUAL LEVOU O SINDICATO A BUSCAR ALTERNATIVAS, COM MAIS PROCESSOS COLETIVOS E UM POSTURA OFENSIVA DE BUSCAR A NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS

efeitos de uma norma após ultrapassar sua vigência – sobre as cláusulas de um Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Em maio de 2022, o plenário do STF reafirmou esse entendimento. Por décadas, as relações de trabalho contavam com uma certa estabilidade, pois havia a garantia de que, se o acordo não fosse renovado logo após seu término (negociações prolongadas, impasses), as cláusulas continuavam vigorando por até cinco anos.

“O fim da ultratividade tornou-se uma ferramenta de pressão para que as empresas realizem verdadeira chantagem durante as negociações, na tentativa de retirar direitos e fazer ameaças sobre a validade das cláusulas, que expiram após a data-base”, explica Thiago. Não por acaso, a primeira negociação coletiva realizada pelo SJSP sob vigência da reforma trabalhista, a do segmento de rádio em TV com data-base de 1º de dezembro de 2017, foi o momento encontrado pelas empresas para forçar a retirada de direitos históricos, como o quinquênio.

“A categoria resistiu, se mobilizou, e com isso pôde manter parte dos direitos que estavam sob ataque, reduzindo os danos. Mas as empresas conseguiram retirar algumas garantias porque, em determinado momento, a categoria precisou fechar o acordo para não perder o conjunto das proteções garantidas pela Convenção. Sem a ultratividade e sem nova Convenção assinada, poderíamos perder o reajuste de salários, o piso salarial, o adicional da hora extra superior à CLT, entre outras coisas”, conta Paulo Zocchi, que era presidente do SJSP à época. Ele lembra que nesse período as empresas de rádio e TV retiraram o quinquênio de convenções de jornalistas e de radialistas em vários estados do Brasil. “Foi uma decisão do patronato de pôr fim a esse direito.”

Em outros casos, pode ser pior, alerta Thiago. “Em nossa campanha salarial de Jornais e Revistas do Interior, o sindicato patronal simplesmente se recusa a iniciar a negociação, em uma situação praticamente surreal de precarização e fragilidade aos jornalistas que trabalham nessas empresas e se veem ameaçados com a perda de direitos conquistados há muitos anos.”

Para Samira, “o fim da ultratividade é tão danoso à nossa categoria que hoje temos sindicatos que levam anos para conseguir fechar uma negociação salarial, há casos de até três anos sem uma CCT. Simplesmente, quando termina o prazo de uma convenção, as empresas forçam os sindicatos a negociar aquele conjunto de direitos partindo do zero. É um entrave para as categorias que não têm muita musculatura, que não são de massa”.

Difícil acesso à Justiça

Se por um lado a reforma trabalhista rebaixou o piso dos direitos, por outro também criou obstáculos adicionais para que aqueles direitos que restam sejam cobrados pelos trabalhadores, em caso de descumprimento por parte do patrão.

A lei impôs uma série de armadilhas punitivas para os trabalhadores que quiseram tentar reaver direitos na Justiça, limitando a gratuidade e impondo pagamentos de vários aspectos processuais, como honorários, sucumbência e perícia. O efeito é que muitos dos empregados lesados pelos patrões podem preferir não se arriscar. Segundo estatísticas disponíveis do site do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a queda de processos após a reforma trabalhista foi expressiva. Em 2016, ano anterior à entrada em vigor da Lei 13.467, as varas do trabalho em todo o país receberam mais de 2.756.000 petições iniciais. Já em 2018, ano seguinte à reforma, esse número tinha caído em mais de 1 milhão, chegando ao patamar de 1.748.000, e continuou caindo nos anos seguintes. No ano passado, as varas do trabalho receberam 1.648.535 processos, o que representou um aumento de 6,3% em relação a 2021 – mas queda superior a 40% em relação a 2016!

É o mesmo que Raphael viu acontecer. “Caiu drasticamente o número de processos individuais movidos pelo Jurídico do Sindicato. Antigamente, entrávamos com cerca de três ou quatro processos por semana, hoje temos três ou quatro por mês, e olhe lá. Aumentaram muito as consultas, reclamações do dia a dia, mas as pessoas temem entrar com a ação.”

Ele também vê uma mudança grande ocorrendo nos motivos das ações. “As pessoas só entram com ação quando o ganho de causa é praticamente certo. Ou é caso muito grave e não tem outra alternativa senão processar, ou, nos outros 99% dos casos, a ação é para cobrar verba rescisória ou pagamento do Fundo

de Garantia não acertados por empresas. São verbas incontroversas – as quais, antes, com a obrigação da homologação no Sindicato, as empresas dificilmente deixavam de pagar”.

“Então, às vezes entramos com alguma ação reivindicando o vínculo trabalhista [no caso de PJs ou frilas fixos]. Mas muitas outras coisas que apareciam, como discussão a respeito de jornada, acúmulo de função, dano moral, isso tudo reduziu drasticamente, porque as pessoas, ao serem alertadas do risco de terem de pagar sucumbência em caso de derrota, abrem mão da discussão daquele direito”, explica.

No “Ranking dos assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho até dezembro de 2022” – organizado pela Coordenadoria de Estatística do TST com base nos casos novos na Justiça do Trabalho – seis assuntos entre os dez mais citados decorrem diretamente de problemas com verbas rescisórias.

O primeiro colocado, correspondente a quase 450 mil reclamações trabalhistas em 2022, é a falta de pagamento da multa de 40% do FGTS para demissões sem justa causa. Os dados mais antigos que encontramos para esse ranking são de 2018, após a Lei 13.467.

No entanto, ao contrário do observado na nossa categoria, o relatório do TST mostra um crescimento importante do número de ações relacionadas a hora extra em 2022.

O temor do trabalhador pela ação individual levou o Sindicato dos Jornalistas a buscar alternativas: “A gente teve de aumentar os processos coletivos, mas não é tudo que podemos discutir dessa forma. Também tentamos compensar com muita atuação sindical, buscando o Ministério Público, reforçando a nossa postura de ir para cima, de negociar com as empresas, de chamar os trabalhadores para conversar. Conseguimos resolver muitas coisas na base das negociações e acordos extrajudiciais”.

Com a experiência cotidiana do SJSP desde a aprovação da reforma trabalhista, o presidente da entidade, Thiago, não hesita em cravar: “Podemos dizer com toda a clareza que a reforma trabalhista não apenas fracassou completamente com os seus pretensos objetivos alardeados pelo ‘mercado’, como a geração de empregos e o crescimento da produtividade, como também é diretamente responsável pela dramática piora nas condições de vida do povo brasileiro, com o aumento da precarização das relações de trabalho”. Some-se a esse resultado a sua total ilegitimidade, resultado do golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016. Recuperando-se o arcabouço legal dos direitos, podem começar de maneira correta as discussões sobre a modernização da legislação trabalhista. ●

EDITORA TRÊS

SOLUÇÃO DE CRISE EM BOLETOS

DÍVIDAS TRABALHISTAS MILIONÁRIAS DA EDITORA TRÊS COMEÇAM A SER PAGAS E FINALMENTE RESOLVIDAS, DEPOIS DE ANOS DE NEGOCIAÇÕES E ATUAÇÃO FIRME DO SINDICATO

Está chegando ao fim uma das mais longevas e difíceis negociações de dívidas trabalhistas com jornalistas paulistas dos últimos anos. Apelidado de “calote da *IstoÉ*”, os abusos e desrespeitos do Grupo de Comunicação Três – que edita *IstoÉ*, *Dinheiro*, *Planeta*, *Gente* e *Motor Show*, entre outros – arrastam-se desde 2007, quando a empresa, atolada em dívidas, demitiu cerca de 240 funcionários e em seguida entrou em recuperação judicial (RJ) para escapar da falência.

Com o passar dos anos, o artifício jurídico mostrou-se ineficaz e malsucedido para os credores receberem seus direitos. A prova dessa afirmação é que nem bem a recuperação judicial acabou, após 9 anos, e o grupo de comunicação voltou a descumprir acordos, atrasar pagamentos e

salários, além de obrigações tributárias.

Com a mudança radical no modelo de negócios – digital em detrimento do impresso –, a empresa não adquiriu equilíbrio financeiro, e o endividamento da Editora Três voltou a crescer, ultrapassando a casa do bilhão de reais em 2019. “Eram dívidas trabalhistas e tributárias vultosas que vinham sendo parceladas e pagas. Mas a quitação desses débitos foi interrompida diante de mais uma crise de gestão da editora, que ganhou força com a mudança de paradigma mercadológico editorial no início da década de 2010”, afirma Alan Rodrigues, diretor do SJSP e jornalista de *IstoÉ*.

Em meados de 2019, o quadro financeiro da editora era catastrófico, com mais de seis meses de atrasos recorrentes de salários, paralisações e negociações frustradas. Em maio de 2020, a editora novamente recorreu à Lei da Recuperação Judicial para driblar a falência.



O que diz a lei

A Lei de Recuperação Judicial foi criada, há quase duas décadas, em substituição à legislação então vigente sobre concordatas, sob a justificativa de evitar a falência de empresas para favorecer a continuidade de suas atividades econômicas e a manutenção de empregos. Pela lei, as empresas que têm seu pedido de RJ aprovado pela Justiça – com base em uma listagem de credores e dos valores devidos a cada um – ficam imediatamente protegidas de cobranças e execuções. Sendo assim, têm de passar a honrar em dia todas as obrigações contraídas a partir de então, sobretudo os salários.

Pela lei, as empresas em RJ devem elaborar um plano de pagamento das dívidas em até dois meses, para ser aprovado pelos credores em uma assembleia em até cinco meses, e homologado pelo juiz num prazo de mais 30 dias. O que

acontece, de fato, é que os prazos vão sendo dilatados a pedido das empresas, por decisão do juiz do caso, e por vezes se estendem por vários anos.

Na prática, a lei prevê um processo que se torna um mecanismo de negociação de deságios das dívidas (que, no caso da Editora Três, chegam a 95% do valor devido). Isso porque, se a assembleia de credores rejeitar o plano de recuperação apresentado pela empresa, ela entra em falência, caso em que as dívidas trabalhistas passam na frente dos demais credores (com valores máximos de 150 salários mínimos), e cujo acerto final de dívidas pode acontecer só depois de vendido o conjunto do patrimônio, o que pode demorar muitos anos.

Assim, o período que antecede a assembleia de credores é de intensa negociação entre a empresa recuperanda e seus credores, divididos pela lei em quatro

15 ANOS DE CALOTE

- **Em 11 de maio de 2007**, a Editora Três, que publica as revistas *IstoÉ*, *IstoÉ Dinheiro*, *Dinheiro Rural*, *IstoÉ Gente*, *Menu*, *Motor Show*, dentre outras, anuncia a demissão de 240 funcionários.
- **Em 15 de maio de 2007**, com dívidas que giravam em torno de R\$ 500 milhões, a empresa pede RJ na 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo.
- **Em 20 de maio de 2008**, um ano após o pedido de RJ, os credores da Editora Três aprovam o Plano de Recuperação Judicial, que prevê o pagamento das dívidas em até 12 anos.
- **No primeiro período** após a entrada em recuperação judicial, a empresa dá sinais de melhora. Unifica as redações, os salários são pagos em dia e as dívidas começaram a ser quitadas.
- **Em 2016**, a empresa sai da recuperação judicial, ainda pagando as dívidas segundo previsão do plano aprovado.
- **Em 2019**, a empresa volta a atrasar os pagamentos de salários e tributos. As dívidas se avolumam e passam de R\$ 1 bilhão.
- **Em maio de 2020**, a holding Grupo Três entra com um novo pedido de RJ. O argumento da vez é a queda na arrecadação publicitária devido à pandemia e as dificuldades de acesso a crédito, além da crise no modelo de negócios de revistas impressas.
- **Em 26 de julho de 2021**, a assembleia de credores aprova o novo plano de recuperação. Os bens imóveis são colocados à venda por meio de leilão, assim como o portal da editora.

classes: I – trabalhistas; II – credores com garantias; III – credores em geral (quirografários); e IV – micro e pequenas empresas. Para ser aprovado, o plano tem de ter a maioria dos votos em cada classe separadamente, sendo que nas classes II e III vale a maioria dos créditos, e nas classes I e IV a maioria numérica por cabeça.

Nos últimos oito anos, cerca de 4 mil companhias pediram recuperação judicial no Brasil. Dentre elas, 23% tiveram seus planos aprovados pelos credores, 10% faliram e o restante ainda não realizou a assembleia, segundo levantamento da consultoria Corporate Consulting e do escritório de advocacia Moraes Salles.

Em nossa categoria, tivemos o terrível exemplo da Editora Abril, que entrou em RJ em 16 de agosto de 2018, após demitir mais de 800 trabalhadores e não pagar nada. Em meio a intensa luta sindical, a empresa realizou sua assembleia de credores cerca de um ano depois e pagou o devido a mais de 97% dos trabalhadores em até 18 meses (o prazo foi mais longo para quem tinha mais de R\$ 350 mil a receber).

Nova Recuperação Judicial

Quando a Editora Três entrou com o seu segundo pedido de RJ, em plena pandemia, a resposta do Sindicato foi imediata. Convocou uma assembleia dos jornalistas, por meios eletrônicos, assim que a empresa apresentou o plano de pagamentos, destacando: “O que chama atenção neste segundo pedido de socorro judicial é que a empresa sequer quitou muitas das dívidas com os credores da primeira recuperação, que terminou em 2016 (ainda sem esgotar o prazo final de pagamento dos créditos), e a Justiça autorizou essa nova Recuperação Judicial ao grupo empresarial”. “Foi uma sensação muito ruim de injustiça”, lembra a jornalista Eliane Lobato, ex-diretora da *IstoÉ* na sucursal do Rio de Janeiro.

O fato é que esse segundo plano pro-

punha um cano gigantesco nos credores. Só os trabalhistas contabilizavam cerca de 700 trabalhadores, mais de uma centena, jornalistas. “A Lei de Recuperação Judicial protege os caloteiros e funciona como um instrumento de força para que eles, legalmente, reduzam o total de sua dívida e melhorem muito as condições de pagamentos, em detrimento dos credores”, afirma Paulo Zocchi, que na época era presidente do Sindicato.

Esse entendimento pode ser confirmado com uma leitura detalhada do plano de recuperação judicial – cujo ponto central é um enorme desconto na quitação de dívidas, com prazo de vários anos para concluir os pagamentos. Além disso, o plano aponta a mudança no modelo de negócios da empresa – com a migração dos meios impressos para as plataformas digitais e a constituição de um portal na internet – e a venda de bens imóveis.

Em relação aos trabalhadores, o plano propunha pagar integralmente as dívidas até R\$ 250 mil, e, para os que tinham mais a receber, o valor acima dos R\$ 250 mil passaria para a Classe III, cujas condições de pagamento são de calote: deságio altíssimo, com o restante parcelado a longo prazo. Os jornalistas na ativa na Editora Três são em sua maioria PJs ou frilas fixos. Como os salários com atraso de seis meses e entraram na RJ, eles teriam enormes perdas nas classes III e IV.

“Para o Sindicato, nenhum credor trabalhista pode ter qualquer deságio, pois é salário”, diz Zocchi. “Nossa atuação é defender sempre o direito de todos os jornalistas receberem tudo o que a empresa lhes deve.”

Negociação trabalhista

A partir da assembleia dos jornalistas, o Sindicato propôs uma reunião com a empresa para negociar os termos do plano, em movimento conjunto com o

Sindicato dos Trabalhadores Administrativos. “Podemos utilizar a larga experiência que tivemos na RJ da Editora Abril para apresentar propostas melhorando as condições de pagamento aos trabalhadores”, afirma o advogado Raphael Maia, coordenador jurídico do Sindicato dos Jornalistas.

Após várias reuniões com o Grupo de Comunicação Três e assembleias para debater, as condições de pagamento dos trabalhadores chegaram ao seguinte ponto:

- os créditos trabalhistas seriam 100% pagos até o limite de 250 salários mínimos;
- para créditos até R\$ 350 mil, pagamento integral até 250 salários mínimos e pagamento de 50% do que excedesse até R\$ 350 mil;
- para créditos além de R\$ 350 mil, as condições acima até esse limite, com o restante sendo alocado na Classe III;
- PJs e frilas fixos trabalhando na editora seriam alocados em subclasse especial dentro das Classes III e IV, com as mesmas condições da Classe I;
- os pagamentos acima seriam feitos no prazo de até um ano contado a partir da aprovação do plano e homologação de seu resultado.

No plano da Editora Três, que não tinha recursos para saldar as dívidas, o pagamento dependia da venda da gráfica da empresa, bem como do terreno no qual estava instalada, na via Anhanguera, conjunto avaliado em R\$ 40 milhões.

A negociação dos PJs e frilas fixos foi um problema à parte que merece explicação. Cerca de 60 jornalistas da editora eram, como ainda são, PJs e frilas, e levariam o calote, por serem enquadrados na RJ como empresas ou credores avulsos. O Sindicato leva, há mais de uma década, o combate pelo registro em carteira de todos os jornalistas da Editora Três. O pejetismo de trabalhadores com serviço regular é fraude trabalhista – sonegação de registro em carteira. E o Sindicato exerce plenamente a representação dos jornalistas nesta situação, tendo exigido por diversas vezes, por exemplo, o pagamento de valores atrasados. No caso da RJ, a sua atuação foi fundamental para garantir a inclusão nas condições da Classe I já que são legitimamente trabalhadores da empresa.

Ao final, os jornalistas decidiram que o Sindicato conduziria um voto favorável à aprovação do plano nas condições colocadas, ressaltando-se o direito de todos que quisessem entrar na Justiça, sobretudo os que tinham altos valores a receber e foram muito prejudicados.

Reconhecimento

A cronologia dos fatos mostra como a letargia jurídica do processo de recuperação judicial é danosa e extremamente desgastante. Aprovado o plano, uma nova

NOSSO SINDICATO UTILIZOU A EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EDITORA ABRIL PARA APRESENTAR PROPOSTAS QUE MELHORARAM AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO AOS TRABALHADORES

celeuma aconteceu com a venda do imóvel de Cajamar (gráfica). Foram realizados três leilões, que se estenderam por meses (veja a cronologia). O martelo da venda foi batido pelo valor de 32,13 milhões, sendo 50% de entrada e o restante em 11 prestações mensais e iguais.

Os pagamentos começaram em dezembro de 2022, com os trabalhadores recebendo 54% do crédito estipulado para cada qual. “O grande triunfo aconteceu em 29 de dezembro de 2022, quando o conjunto dos trabalhadores viu os créditos serem depositados nas contas”, afirma Alan. “Esse é o momento no qual a gente vê que a luta vale a pena.”

O reconhecimento pela atuação do Sindicato pode ser medido pelas mensagens dos profissionais. “Parabéns pela mobilização e pelo resultado final. Agradeço o auxílio e empenho de todos os amigos e em especial aos diretores e funcionários do Sindicato”, disse o jornalista Gilberto Nascimento. “Parabéns aos envolvidos nessa luta que muitos achavam infrutífera, mas que no fim nos trouxe alegria e justiça”, disse Cesar Itiberê, ex-editor de fotografia da *IstoÉ*. “Uma vitória para ser muito comemorada, principalmente depois da reforma trabalhista e da tentativa de enfraquecer as relações profissionais”, escreveu o jornalista Fernando Brum.

As saudações ultrapassaram as fronteiras do estado. “Uma felicidade imensa! Preciso demais agradecer. Vida longa ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo!”, comemorou o ex-diretor da *IstoÉ* em Brasília, Rudolfo Lago.

A atuação coletiva e o estado de alerta se mantêm, já que o pagamento ainda continua a ser feito, a cada mês, não sem percalços e tensão. O pagamento final de todas as obrigações ainda está longe. É preciso garantir que o valor arrecadado seja suficiente para quitar todos os débitos. “Estamos de olho”, diz Alan Rodrigues. ●

● **Nos últimos meses de 2021**, a empresa encaminha o leilão de sua gráfica e do terreno no qual fica. Pelo plano, o dinheiro a ser apurado é destinado às dívidas trabalhistas.

● **Em 21 de julho de 2022**, os direitos digitais de *IstoÉ*, *Dinheiro*, *Planeta*, *Gente*, *Motor Show* e de outros 70 títulos são arrematados por R\$ 15 milhões. O portal da Editora Três é comprado pela Entre Empreendimentos, do empresário Antônio Carlos Freixo Junior.

● A venda da gráfica vira novela. Houve três leilões. **Em outubro de 2022**, a gráfica é arrematada por R\$ 32,13 milhões – metade à vista e mais 11 parcelas. Ainda não está garantido que o valor dê para a quitação total do débito trabalhista, o que pode estender a batalha. Os outros imóveis da editora continuam à venda.

● **Em dezembro de 2022**, os trabalhadores da editora, ex-funcionários e colaboradores começaram a receber os créditos individuais: 54% do débito foi pago de uma vez e o restante, pelo previsto, será parcelado em 11 meses (utilizando os valores recebidos pelo terreno e a gráfica).

BOLETIM

Contra demissões em massa na EPTV

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) manifestam indignação diante das mais de 20 demissões feitas pela EPTV em fevereiro e março. O SJSP tem contatado os colegas demitidos e tomará medidas judiciais por entender que são demissões em massa. As demissões ocorreram nas redações de Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e Franca.

☞ <http://bit.ly/3JdDkrJ>

Ações da revisão da vida toda

Sindicato firmou parceria com advogado especializado que atenderá jornalistas interessados na ação de revisão da vida toda. Após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar procedente essa tese da revisão da vida toda das aposentadorias, profissionais haviam buscado o SJSP solicitando indicação para ajuizar a ação correspondente. Trata-se necessariamente de um processo individual, porque diz respeito a situações específicas da concessão de aposentadoria.

☞ <http://bit.ly/3TcATu4>

Rádio e TV: campanha obtém reajuste pela inflação

Jornalistas de Rádio e TV conquistaram reajuste dos salários pela inflação na campanha salarial. Mobilizações da categoria nas últimas campanhas salariais foram fundamentais para um desfecho mais célere da negociação com os patrões.

☞ <http://bit.ly/3LgLF0x>

Observatório Nacional de Violência Contra Jornalistas

Ministério da Justiça anuncia criação do Observatório Nacional de Violência Contra Jornalistas. Segundo a presidenta da Fenaj, a criação do órgão irá centralizar as estatísticas e promover políticas públicas para jornalistas.

☞ <http://bit.ly/3mPA26q>

Trabalhadores pedem retomada de negociações do ACT 2020/2022 da EBC

A comissão de empregados e os sindicatos dos jornalistas e radialistas do DF, RJ e SP pedem que, por meio da negociação, consigam avançar no fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2020/2022. Sabendo que esse acordo não vai repor todas as perdas acumuladas no período e, justamente por isso, faz-se urgente iniciar a negociação do ACT 2022/2023, cuja pauta foi apresentada ainda no ano passado.

☞ <https://bit.ly/3Z4UnlT>

RESENHA

Salman Rushdie: verdades, mentiras e ficções

por João Marques

Há narradores não confiáveis na literatura, e o mais famoso deles é Dom Quixote, que contou enfrentar inimigos gigantes, enquanto, “na verdade”, brigava com moinhos de vento. Salman Rushdie, em seu novo livro *Quichotte* (Companhia das Letras, 480 págs.), lançado no Brasil em 2021, resolveu criar os seus também. Sam DuChamp, pseudônimo de Irmão, escritor de romances policiais, e Quichotte, o protagonista dessa história, não são, nem um pouco, dignos de confiança. O autor de *Versos Satânicos*, que vive há mais de 20 anos em Nova York, depois de ser perseguido e ameaçado de morte pelo aiatolá Khomeini, já pensava em escrever um romance de estrada, uma viagem pelos Estados Unidos, tendo como pano de fundo, o governo Trump. Nesse período, recebeu a encomenda de um artigo sobre os 400 anos da morte de Cervantes, releu *Dom Quixote*, adaptou o seu projeto e escreveu esse livro, finalista do Man Booker Prize e um dos mais vendidos da lista do *New York Times*.

Quichotte traz muitas referências da literatura, da música, do cinema, dos programas e séries populares de TV; reflete sobre o universo da cultura pop estadunidense; fala de racismo, da crise dos opioides, de armas, da obsessão pela fama e dos anos Donald Trump, sem citar seu nome. “Gosto do fato de que Biden

não diz o nome dele, também não gosto de dizer, dizemos ‘o cara de antes’.” Em entrevista a Sylvia Colombo, da *Folha de S. Paulo*, o autor, que leciona jornalismo literário na Universidade de Nova York, disse que estuda com seus alunos a forma de se chegar a uma verdade que não seja subjetiva, “que não deixe espaço para que se aceite que a Terra possa ser plana, que a eleição americana tenha sido fraudada e que não se deve tomar a vacina.” Para ele, “o jornalismo tem de reconquistar a confiança das pessoas”.

Quichotte morou em diversos endereços nos Estados Unidos, foi caixeiro-viajante, vendia opioides e, enquanto o personagem original de Cervantes, lia novelas de cavalaria, esse era fissurado em programas de TV, principalmente os *talk shows*. Apaixona-se por uma apresentadora, ex-atriz de Bollywood — todos os personagens são de origem indiana —, a senhorita Salma R, sua Dulcineia. Envia cartas a ela e começa a persegui-la; ganha um filho imaginário, o Sancho, que se transforma em personagem real. Já Irmão morava em Nova York. Autor de oito livros fracassados, resolve mudar o rumo de sua carreira e contar a história de Quichotte. Diferentemente deste, Irmão tinha um filho de verdade, mas que corria o risco de se tornar irreal. Aparentemente são duas histórias diferentes que, gradualmente, se juntam numa única narrativa, dando a impressão de que são a mesma e que sempre foi assim. No final, escritor e personagem se encontram na busca pelo que é verdadeiro, num mundo difícil de ser separado da ficção.

“Aquela mentira havia sido sua verdade. Talvez fosse parte da condição humana, viver dentro de ficções criadas por inverdades ou pela supressão de verdades. Talvez a vida humana fosse de fato fictícia no sentido de que ninguém que a vivia compreendia que ela não era real.” ●

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

O Pálido Olho Azul

Scott Cooper (EUA, 2022)

Filme inspirado no romance homônimo de Louis Bayard; detetive aposentado recruta o cadete Edgar Allan Poe para ajudar na investigação de assassinatos, na Academia Militar dos Estados Unidos, em 1830.

☞ Netflix

Os Românticos de Bollywood

Smriti Mundhra (Índia, 2023)

Com imagens de arquivo, entrevistas e participação de importantes diretores e atores do cinema indiano, série presta homenagem à história do cineasta, roteirista e produtor Yash Chopra.

☞ Netflix

O Rei

David Michôd (Reino Unido, Hungria, 2019)

Com a morte do rei, durante a Guerra dos Cem Anos, Henrique V assume o trono. Jovem, precisa amadurecer rapidamente para manter o país seguro das provocações dos franceses.

☞ Netflix

O Duque

Roger Michell (Reino Unido, 2020)

Do mesmo diretor de *Um Lugar Chamado Notting Hill*. Na agitada Londres de 1961, um taxista consegue roubar o quadro O Duque de Wellington, de Goya, exposto na National Gallery.

☞ HBO Max

DICAS DE LEITURA**Chuva de Papel**

Martha Batalha - Companhia das Letras, 224 págs.

Autora do sucesso *A Vida Invisível de Eurídice Gusmão* lança romance com enredo tragicômico, que acompanha a trajetória de um repórter policial decadente, no Rio de Janeiro.

Sartre e a Imprensa

Dênis de Moraes - Mauad, 308 págs.

Livro examina o percurso do filósofo e escritor francês, fala da sua atuação jornalística, das suas reflexões sobre o papel da imprensa e das disputas políticas e polêmicas da época.

Via Ápia

Geovani Martins - Companhia das Letras, 344 págs.

Autor revelado com os contos *Sol na Cabeça* lança romance; trama é dividida em três partes e fala dos impactos da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na vida dos moradores da Rocinha.

Navalhas Pendentes

Paulo Rosenbaum - Caravana, 328 págs.

Romance inusitado cria ficção sobre a própria ficção e discute os limites entre originalidade e plágio, como nascem e se sustentam os best-sellers, entre outros temas.

Participação Social na Política Pública do Livro e Leitura

Ricardo Queiroz Pinheiro -

Terra Redonda, 264 págs.

Resultado de pesquisa para pós-graduação na ECA-USP, livro trata da participação social na construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB), da cidade de São Paulo.

© DIVULGAÇÃO



Em Raça e Redenção, a luta da ativista de direitos civis Ann Atwater contra um dirigente da Ku Klux Klan

Raça e Redenção

Robin Bissell (EUA, 2019)

Baseado em livro de não-ficção de Osha Gray Davidson, ativista de direitos civis. Ann Atwater enfrenta o líder da Ku Klux Klan, C.P. Ellis, em 1971, em Durham, na Carolina do Norte.

☞ Netflix

MEMÓRIA



Milton Belintani:
seu último
trabalho foi o
relatório da
Comissão da
Verdade e Justiça
do Sindicato dos
Jornalistas de
São Paulo

© ARQUIVO PESSOAL

MILTON BELINTANI

Defensor dos direitos humanos, da verdade e da justiça

por Paulo Zocchi

Constituiu-se em nosso Sindicato, há dez anos, a Comissão da Verdade e Justiça, para levantar os relatos de crimes da ditadura militar contra a nossa categoria profissional. Em 30 meses de atuação, listou os casos de 47 jornalistas mortos ou vítimas de perseguições e arbítrios. Composta por vários sindicalizados, seus trabalhos foram coordenados por Milton Belintani, jornalista e professor com uma vida dedicada à defesa dos direitos humanos, que morreu subitamente em decorrência de problemas no coração, em novembro de 2015, às vésperas de entregar o relato de conclusão do levantamento.

A publicação do relatório final da Comissão (<https://bityli.com/7C9HyI>), em 2017, acabou sendo também uma homenagem a seu trabalho e à sua dedicação. Agora, em abril próximo, iremos inaugurar a biblioteca de nosso Sindicato, tornando viva mais uma das recomendações deixadas no relatório. Vamos então aproveitar a chance de homenagear um companheiro que se dedicou, em nossa entidade, à preservação da memória coletiva.

Milton Belintani despertou cedo para a luta social, inconformado com a violência contra a sua própria família. Agentes do DOI-Codi prenderam e torturaram seu pai, Milton, em abril de 1974, por ser membro ativo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ele tinha apenas 14 anos, e sua vida mudou para sempre. Seu pai nunca se recuperou plenamente do abalo emocional sofrido...

Iniciou algum tempo depois a sua atividade política, também como membro do PCB, e sindical, tendo integrado no início dos anos 1980 a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Editoras. Desde o começo, sua militância foi fortemente marcada pela preocupação com a defesa dos direitos humanos e com a documentação e memória do movimento operário.

Diplomado como jornalista pela Cásper Líbero em 1987, Belintani trabalhou por mais de dez anos na Editora Abril, depois na *Folha de S.Paulo*, e chefiou o Canal Universitário de São Paulo. Teve também a vocação de professor: dirigiu o Departamento de Jornalismo da Uniban, e, como voluntário, foi diretor-executivo da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Coordenou o curso de complementação universitária “Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter”, do Projeto Repórter do Futuro, contribuindo com a formação de jovens jornalistas, e foi ombudsman do *Contraponto*, jornal-laboratório do curso de jornalismo da PUC-SP (2012-2013).

Apasionado por futebol, estudou também as relações entre o esporte mais popular do Brasil e o seu uso político no período ditatorial. Em 2014, ao lado da jornalista Vanessa Gonçalves, foi curador da exposição *Política F.C. – o Futebol na Ditadura*, no Memorial da Resistência.

Seu último trabalho foi a elaboração do relatório da Comissão da Verdade e Justiça do Sindicato, que deixou quase concluído em seu computador, tendo sido entregue à entidade por sua companheira, Sílvia, após sua morte. No capítulo 5 do relatório, “Conclusões e recomendações”, um dos pontos propõe: “Iniciar a montagem de uma biblioteca na sede da entidade com todos os livros de referência sobre o período escritos por jornalistas ou que tenham o jornalismo como objeto de estudo durante a ditadura”.

Inspirados por seu legado, iniciamos em 2018 a organização de uma biblioteca do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, como passo inicial da constituição de um Centro de Memória e Documentação da entidade, que possa disponibilizar os materiais referentes à sua rica história de lutas sindicais, sociais e democráticas.

Como atravessamos nos últimos anos um período difícil, sobretudo com o isolamento forçado da pandemia, esse passo inicial demorou um tanto a mais do que o previsto. Mas chegou a hora de inaugurar nossa biblioteca e avançar no Centro de Memória e Documentação. A construção do Sindicato é uma obra coletiva. Milton Belintani, presente! ●

CONHEÇA OS TIPOS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício (CLT ou estatutário)

1% DO SALÁRIO com TETOS de
R\$ 52 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 80 para a Capital

FIXA

para jornalistas sem vínculo
R\$ 40 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

SINDICALIZE-SE: <https://sjsp.org.br/pagina/sindicalizacao-online>
MAIS INFORMAÇÕES: mensalidade@sjsp.org.br ou (11) 94539-8810



COLUNA DO JUCA

A EBC PODE SER A BBC?

por Juca Kfour

O PAÍS PRECISA DE TV, RÁDIO E AGÊNCIA DE NOTÍCIAS REALMENTE PÚBLICAS E QUE NÃO SURFEM CONFORME O GOVERNO DE PLANTÃO

Antes de mais nada, a resposta é sim: a Empresa Brasil de Comunicação pode ser a British Broadcasting Corporation.

Mais: pode e deve.

Se os britânicos conseguiram fazer da BBC uma empresa de enorme credibilidade e influência, por que nós, brasileiros, não conseguiríamos?

Há diferenças, é claro.

A BBC completou um século em outubro do ano passado e a EBC completou 25 anos em 2022.

É preciso ser muito sério e confiar no próprio taco para financiar um veículo que, por independente, dê notícias desagradáveis para o próprio financiador. Mas é necessário.

O país precisa de TV, rádio e agência de notícias realmente públicas e que não surfem conforme o governo de plantão.

Como tais veículos não podem estar sujeitos aos humores de governantes que abram ou fechem as torneiras a seu bel-prazer.

Até hoje a sociedade brasileira desconhece o que seja, de fato, uma TV pública.

A TV Cultura já mostrou ser possível, mas sofre historicamente com altos e baixos. A TVE da Bahia há anos vive bela experiência.

E o que garante a existência e permanência de uma TV verdadeiramente pública?

A credibilidade e a competência dos jornalistas que nela trabalhem, que iluminem os fatos, assim como a existência de comentaristas das mais diversas correntes.

Fosse uma EPC, Empresa Paulista de Comunicação, onde seriam possíveis debates entre comentaristas corintianos, palmeirenses, santistas e são-paulinos, desde que de acordo sobre a redondeza da bola e sobre a necessidade de vacinar todos os jogadores.

É claro que uma TV pública não pode ser lugar para negociantistas, pregadores fascistoídes, e deve ser laica.

É difícil? Se não fosse, já a teríamos. Mas estamos diante de nova chance para plantá-la com raízes fortes e iluministas.

Trata-se de utopia?

Talvez, mas é como disse o cineasta argentino Fernando Birri, sempre citado pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano:

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Caminhe, pois. Assim se faz o caminho, não é? ■

TRAÇO LIVRE | por Mauricio Planel | @mauricio_planel_

